

Associativismo, Voluntariado e Trabalho em Rede

na área do Património

Preço: 5,00€ (IVA incluído) | Ano XIII - N° 50 | Julho | Agosto | Setembro | Publicação Trimestral



Artigo

Casa do Passal - Património em Risco

Aristides de Sousa Mendes, “O Cônsul de Bordéus”



“Conhecer o passado para acautelar o futuro”

O Património merece!



<http://www.aof.pt/>



A **AOF** é uma empresa familiar com mais de **50 anos de existência**, sempre ligada à **salvaguarda do Património**.

Ao longo dos tempos soube sempre adaptar-se às novas maneiras de entender a intervenção no Património, assimilando o “saber-fazer” nas técnicas tradicionais. Tem apostado, desde a sua fundação, na formação dos seus colaboradores.

Hoje possui um grupo técnico alargado e especializado, nas áreas de **conservação e restauro**, preparando o futuro.



Sumário



04	EDITORIAL Carlos Freire
05	SÓCIOS APOIANTES
06	ARTIGOS DE OPINIÃO Luis Pedro Mateus Victor Neves Pedro Teixeira
12	EL&A, Lda. Aposta na Reabilitação
16	BOAS PRÁTICAS NA REABILITAÇÃO O proprietário como dinamizador
20	ASSOCIAÇÃO CULTURAL E DE ESTUDOS REGIONAIS
22	CIDADANIA PELO AMBIENTE Ou Rede de Vontades pelo Ambiente
24	VOLUNTARIADO Por um melhor ambiente
26	TELHEIRO DA ENCOSTA Do castelo de Montemor-o-Novo
28	QUE FUTURO Para um passado esquecido

30	O Voluntariado util é um recurso que precisamos de potenciar
32	Património Cultural e Associativismo
34	Explicar o Terceiro Sector
37	Voluntariado
38	Associação Cultural Moinho da Juventude
42	A Importância das Associações na sociedade de consumo
48	Companhia de Lanifícios da Chemina
50	Notícias
54	Vida Associativa
56	Leis do Património Alterações ao Código dos Contratos Públicos
57	Agenda
58	Livraria
59	Assinaturas
60	Associados GECORPA
62	Perspectivas

Ficha Técnica

Pedra & Cal

Conservação e Reabilitação

Nº 50 | Julho | Agosto | Setembro 2011

Pedra e Cal, Conservação e Reabilitação é reconhecida pelo Ministério da Cultura como “publicação” de manifesto interesse cultural”, ao abrigo da Lei do Mecenato.

PROPRIETÁRIO



www.gecorpa.pt
info@gecorpa.pt

DIRECTOR | Carlos Freire

FUNDADOR/EDITOR

Vitor Córias
GECORPA

COORDENAÇÃO | Joana Morão, Rita Pinheiro

CONSELHO EDITORIAL

Alexandra de Carvalho Antunes, André Teixeira, Catarina Valença Gonçalves, Cátia Teles e Marques, Fátima Fonseca, João Appleton, João Mascarenhas Mateus, Jorge Correia, José Aguiar, José Maria Amador, Luiz Oosterbeek, Maria Eunice Salavessa, Mário Mendonça de Oliveira, Miguel Brito Correia, Paulo Lourenço, Soraya Genin, Teresa de Campos Coelho.

SECRETARIADO | Elsa Fonseca

COLABORADORES

Luis Pedro Mateus, Victor Neves, Pedro Teixeira, Marco Carapeto, Filipe Ferreira, Lília Costa, João Varandas, Paula Tavares, Antero Leite, Ana Sofia Ribeiro, Filipa Lacerda, Francisco Ferreira, Sandra Coelho, Bartolomeu de Noronha, António Cortesão, Francisco Sousa Lobo, Sofia Costa Macedo, Cláudia Pedra, João Rosa Carreira, Jorge Morgado, Alexandra Carvalho Antunes, Abraham Araújo, António Jaime Martins, João Aguiar.

DESIGN & PAGINAÇÃO

Direcção de Arte | David Martins
dmartins@davidmartins.eu

Direcção Criativa | André Freire
andre.freire@somafré.pt

PUBLISHER



IMPRESSÃO | PRODUÇÃO

PROJECÇÃO – Arte Gráfica S.A. – www.projeccao.pt

PUBLICIDADE

Lusosinal, Edição e Comunicação SA
Grupo SOMAFRE

CONTACTOS

www.gecorpa.pt
info@gecorpa.pt
Rua Ramalho Ortigão, N° 3, R/C Esq.
1070-228 Lisboa
TEL.: 213 542 336 | FAX: 213 157 996

DISTRIBUIÇÃO

Vasp, S.A.
DEPÓSITO LEGAL128444/00 | REGISTO NO ERC122549 | ISSN1645-4863

TIRAGEM MÉDIA

2500 Exemplares

PUBLICAÇÃO Trimestral

Os textos assinados são da exclusiva responsabilidade dos seus autores, pelo que as opiniões expressas podem não coincidir com as do GECORPA.

Fotografia de capa:
Ruin'Arte | Gastão de Brito e Silva



Associativismo, Voluntariado e Trabalho em Rede

Carlos Freire

Estamos todos confrontados e comprometidos com uma realidade exigente em termos de sustentabilidade financeira, protecção ambiental e até de sobrevivência do ponto de vista social. Acima de tudo, o mais importante é acordarmos todos os dias e pensarmos em fazer algo positivo, que contribua para o bem comum e o bem-estar de todos nós e das gerações futuras.

Desde sempre que o associativismo, como partilha de experiências e de entreajuda, a par do voluntariado, tem sido um enorme contributo para essa qualidade de vida. Há que dinamizar, cada vez mais, esta troca de experiências, envolvendo e agregando diversas associações, de modo a sermos capazes de transformar situações menos boas em algo belo e agradável. Esta união de vontades pode constituir um motor de esperança até para os mais idosos, permitindo que se reformem e mantenham uma actividade na qual se sintam úteis, transmitindo conhecimentos e partilhando experiências.

Nesta área da Reabilitação e Restauro, o GECoRPA pode desempenhar um papel fundamental para encorajar esta troca de sinergias. A junção da experiência dos mais velhos e da formação académica e energia dos mais novos, aliada à vontade de materializar sonhos, deve ser o fio condutor deste projecto. Estamos na era das novas tecnologias e da globalização e surge também uma nova ideia, do trabalho em rede, que deverá contribuir para que associações e empresas unam esforços e criem parcerias que, agindo de forma integrada, formem uma rede alargada de conhecimento da realidade existente ao nível do património edificado e grupos

de intervenção, de modo a transformar o património abandonado nas áreas envolventes dos centros urbanos, que, reconhecidamente, mereça ser tornado útil e belo, para que as novas gerações encontrem nas nossas cidades espaços interessantes, onde possam (con)viver.

Está na nossa mão, empresários e homens de bem, com a união das ideias e sinergias que formos capazes de gerar e promover, dar corpo a este projecto, criando condições para que o mesmo se concretize. Não podemos ficar à espera do Estado, tanto mais que na actual crise financeira esta área não será, certamente, prioritária. É urgente que a sociedade civil reconheça esta triste realidade e se alie aos empresários portugueses que se preocupam com o legado histórico, para que possamos evitar que este continue a degradar-se e a desaparecer.

Do que conheço, ainda há muitos pequenos e médios empresários nesta área que estão disponíveis para discutir e encontrar, em conjunto, soluções para dar corpo a estas ideias. E uma seria muito simples! Basta que o Estado, sem quaisquer custos, crie um mecanismo legal que facilite a mobilização de muitos dos que estão a usufruir de subsídio de desemprego sem nada fazerem, criando assim uma base de dados que permita às empresas recrutar pessoas para as suas iniciativas de carácter solidário.

Como responsável por um grupo de empresas, apelo a todos os associados, a responsáveis de associações e aos demais agentes da sociedade civil para que reajam ao negativismo e tomem iniciativas que possam unir-nos ■

Os sócios apoiantes são a base do sucesso do GECoRPA

O GECoRPA manifesta o seu reconhecimento aos sócios apoiantes, cuja continuada dedicação tem permitido avançar na defesa da qualidade na conservação do património e na reabilitação das construções existentes.

As empresas apoiantes são divulgadas na *Pedra & Cal* e em www.gecorpa.pt

Torne-se sócio apoiante e conheça todas as vantagens, contactando o GECoRPA.

Rua Ramalho Ortigão, N° 3, R/C Esq. 1070-228 Lisboa • TEL.: 213 542 336 | FAX: 213 157 996 • info@gecorpa.pt



SOMAFRE
Construções, S. A.

www.somafre.pt • mail@somafre.pt

A Somafre Construções, S. A., constituída em 1995, lidera um grupo dinâmico, constituído por um conjunto de empresas que formam o Grupo Somafre. Está essencialmente vocacionada para actuar na área da construção civil e integra nos seus quadros profissionais altamente especializados que contam com mais de 20 anos de experiência no sector. Com disponibilidade total, imprimindo a cada intervenção um conceito de prestação de serviços completo e que satisfaça o cliente.

Dispõe de uma equipa de arquitectos e engenheiros permitindo responder às necessidades de projectos de arquitectura e de especialidades, incluindo os respectivos licenciamentos dos empreendimentos dos clientes. Com a experiência adquirida na execução de habitação de qualidade, espaços de comércio e serviços, incluindo obras industriais, apostava também fortemente na área da reabilitação, restauro e reconstrução procurando responder às necessidades do mercado, principalmente na área da grande Lisboa.



Conservação
e Restauro
do Património
Arquitectónico, Lda.

MONUMENTA
Conservação e Restauro do Património Arquitectónico, Lda.
www.monumenta.pt • monumenta@monumenta.pt



Tintas Robbialac S.A.

TINTAS ROBBIALAC, S.A.
www.robbialac.pt • robbialac@robbialac.pt



Reparação,
Consolidação
e Modificação
de Estruturas, S.A.

STAP
Reparação, Consolidação e Modificação de Estruturas, S.A.
www.stap.pt • info@stap.pt

**UMBELINO
MONTEIRO**
COBERTURAS PARA A VIDA

UMBELINO MONTEIRO, S.A.
www.umbelino.pt • geral@umbelino.pt



Consolidar o associativismo em tempo de concorrência invulgar

Luís Pedro Mateus | Eng.º Civil, Monumenta, Lda.

Anecessidade faz o engenho. Refiro-me, neste contexto, às necessidades imediatas das empresas, em grande parte pequenas e médias empresas do sector da reabilitação e conservação do património edificado, que assistem à urgência de tomar opções difíceis para tentar ultrapassar este período de escassez. Mas qual será o engenho mais eficiente para dar resposta a essa necessidade?

O cenário actual incita à procura agressiva de trabalho, para manter as empresas no activo. Os efeitos secundários da concorrência desmedida são cada vez mais evidentes. Um dos mais preocupantes é a degradação notória das condições de preço, sentida por todas as empresas do sector, fenómeno esse difícil de contrariar por empresas que zelam por uma postura correcta e pela qualidade e rigor nas suas intervenções. Essa circunstância revela-se especialmente preocupante quando se trata de intervenções sobre o património construído, histórico e cultural. Serão inevitáveis os danos (também financeiros) que obrigarão a um mero adiamento da despesa que não se pôde alocar, por algum motivo, ao processo na sua fase principal de investimento.

Assistimos, com alguma surpresa, ao fim de algumas empresas que já acumulavam um histórico importante de intervenções assinaláveis e de vida. Assistimos, já com

menos surpresa, ao mesmo desfecho noutras empresas, algumas delas até com idêntico percurso.

Isto remete-nos então de novo à questão da necessidade.

Será que o melhor engenho é por via da degradação de preços e de uma mudança, para pior, da postura das empresas no mercado? Ou será que, ao invés, o melhor engenho passa por firmar critérios mínimos de postura e de qualificação das empresas, para que assim se consiga disciplinar o nosso (pequeno) mercado? Talvez seja mais sustentável e fértil investir num engenho que dê resposta a esta última hipótese. É e será, com certeza, um engenho mais complexo e difícil de conceber.

O papel das associações de empresas deste sector, onde se destaca o papel activo do GECoRPA, é, entre outros, reunir vontades comuns que se inscrevam neste último objectivo, que é procurar disciplinar o mercado específico da reabilitação e conservação do património edificado, com os bons exemplos dos seus associados. Qualquer associação vale pelas intenções comuns dos seus associados, que se traduzem em credibilidade. É uma tarefa complexa e contínua, mas que se tem revelado importante, e que é necessário consolidar ■



1



Conservação
e Restauro
do Património
Arquitectónico, Lda.



4



2



3



5

É hoje patente que a conservação e o restauro do património arquitectónico não podem ser abordados pelos métodos correntes da construção civil, antes constituem uma área de especialização bem identificada e fazem apelo a uma postura radicalmente diferente.

A Monumenta assume-se como empresa vocacionada para a execução de intervenções no edificado antigo, e, em particular, no Património Arquitectónico. A sua vocação apoia-se no conhecimento das construções antigas e no domínio das tecnologias e materiais quer tradicionais, quer resultantes da inovação.

Tirando partido do saber-fazer dos seus operários e da elevada especialização dos seus quadros, a Monumenta está em condições de executar, em obra, intervenções de natureza construtiva e estrutural, privilegiando técnicas pouco intrusivas, como:

- Instalação de dispositivos destinados a melhorar as ligações entre elementos estruturais;
- Execução de rebocos estruturais;
- Reforço de alvenarias por confinamento;
- Execução de tirantes de diversos tipos;
- Refechamento de juntas em paramentos de alvenaria de pedra;
- Reparação selectiva de elementos estruturais de madeira;
- Reforço de fundações;
- Limpeza e tratamento de superfícies de pedra;
- Reintegração, consolidação e reforço de cantarias;
- Conservação e restauro do património integrado.

Fotografias:

1, 2 - Instalação de dispositivo de melhoria da ligação piso-parede

3, 4 - Injeção de pregagens de manga flexível para fixação de ancoragem de tirante

5 - Preparação dos trabalhos de injeção de pregagens de manga flexível



Património e contemporaneidade em rede

Victor Neves | Arquitecto, Professor Universitário

Sejamos claros. No que diz respeito ao universo do património edificado, a simples presunção de um património absolutamente puro e original é inverosímil e irrealista. Desde logo porque o património edificado encerra em si mesmo uma característica muito própria: ele é usado e habitado pelo homem, e por isso está sistematicamente sujeito às marcas dessa acção humana, que se prolonga no tempo. O tempo, ele próprio, é, como sabemos, um factor que exerce uma acção continuada no património edificado, com reflexos vários – em primeira análise, na sua estrutura física.

E o tempo é implacável. Não o podemos arredar, nem tão pouco congelar. Talvez alguns tivessem a veleidade de pensar que isso seria possível, mas não é: não vale a pena pensar que o simples retorno ao passado e o mimetismo do que supostamente é original e puro (tantas vezes tentado na regeneração de algumas estruturas urbanas históricas...) é o garante de uma impoluta e imaculada forma de preservar o património. Basta olhar para o lado: lá estão os últimos modelos da indústria automóvel, os cabos aéreos das redes de electricidade, da internet, as antenas de telefones celulares, as parabólicas ou antenas de televisão, ou as enormes imagens digitais dos MUPIS. E se olharmos para o céu, lá estão os aviões cruzando o espaço... e o tempo.

O tempo actua de forma lenta, mas é sempre mais rápido que nós. É uma constatação.

A segunda constatação é que NÃO há receitas que possam *a priori* determinar a forma correcta de como intervir no património edificado, na perspectiva da sua preservação, restauro ou renovação.

É um facto que TEM DE HAVER um enquadramento ético que limite as consequências da nossa intervenção na história. Mas as circunstâncias - culturais, geográficas, funcionais, económicas, regulamentares, jurídicas, sociais, entre outras - são tão dispares e diversificadas, que negam a presunção de poder haver receitas universais aplicáveis a todos os casos ou, mesmo, à maioria deles. Há bastas provas de que isso não é possível, nem mesmo desejável. Neste âmbito, documentos como a Carta de Veneza e subsequentes Cartas do ICOMOS, são documentos orientadores que definem um conjunto de recomendações técnicas, éticas, metodológicas para intervir no património, mas que ficam sempre dependentes das circunstâncias atrás mencionadas. E, para além do mais, de uma outra coisa: da capacidade técnica, profissional, ética, da experiência dos agentes que interferem no processo - projectistas, construtores, consultores, operários. Estamos, portanto, a falar de uma rede de executores, mas também de uma rede de interesses à qual aderem, de forma voluntária, esses executores

Ora um Grémio, como o GECoRPA, congrega no seu seio essas redes, (a etimologia da palavra latina *gremium*, que significava seio ou regaço, reforça esta ideia), o que desde logo constitui uma vantagem num contexto geral do mercado ligado ao património. Mas um Grémio como o GECoRPA pode e deve ir mais longe: deve criar sinergias entre os seus membros e, nessa perspectiva, elevar o seu potencial de informação e operacionalidade, ou seja o da sua rede, numa perspectiva contemporânea e não dogmática. Só depois poderá criar condições para alargar com eficácia e credibilidade, a sua acção ao exterior ■

Respeitando a história,
constrói-se a
contemporaneidade

VICTOR NEVES - Arquitectura e Urbanismo, Lda



Lisboa





Diagnóstico é essencial

Pedro Teixeira | Engenheiro

“

Em termos de engenharia o principal desafio é compatibilizar o edifício com as novas soluções técnicas, tendo em conta a redução de custos, bem como a qualidade e conforto dos clientes.

”

Os mais de 180 anos de experiência da empresa Bureau Veritas em todo o Mundo permitem-lhe chegar à conclusão de que conservar e preservar é fundamental.

Portugal está semeado de património e cultura e os seus centros históricos e locais monumentais necessitam urgentemente de serem objecto de intervenções de beneficiação e reabilitação.

Essa preocupação crescente estendeu-se definitivamente aos edifícios e manifesta-se no Departamento de Construção do Bureau Veritas, onde os serviços associados à reabilitação ganham cada vez mais peso.

Pedro Teixeira, Director de Construção do Bureau Veritas, afirma que os maiores entraves a estes projectos são a falta de investimento em grande escala para verdadeiras reabilitações urbanísticas e o complexo enquadramento social associado a uma pesada carga burocrática, que afastam os pequenos e médios investidores.

Em termos de engenharia o principal desafio é compatibilizar o edifício com as novas soluções técnicas, tendo em conta a redução de custos, bem como a qualidade e conforto dos clientes. Segundo Pedro Teixeira, “a aplicação de soluções padronizadas no caso da reabilitação é mais difícil, o que obriga a um bom diagnóstico do edifício, com bons técnicos, conhecedores das melhores práticas e soluções”.

Neste sentido, o Estado tem apoiado a mudança de mentalidades, dando o exemplo na conservação de monumentos, na melhoria do Parque Escolar e na preocupação em ajustar a Lei do Arrendamento.

Este esforço tem de continuar e ir mais além. Passa eventualmente pela alteração da Lei do Financiamento das Autarquias Locais, que tanto condicionou a reabilitação urbana. Implica também a consciencialização da sociedade de que os custos de transporte vão continuar a subir, quer por força do aumento dos combustíveis, que pela introdução de portagens nas SCUT e que viver nos centros, apesar da adaptação de expectativas necessária, vai começar a compensar a nível económico e pessoal ■



Asseguramos o Controlo Técnico da Qualidade em Obra

Cada vez mais e com maior intensidade, a sociedade exige aos Promotores e Empresas melhor controlo dos seus produtos e serviços, assegurando ao construtor e utilizador a cobertura de possíveis sinistros. Neste âmbito, o Bureau Veritas presta serviços como Organismo de Controlo Técnico (OCT) e tem como objectivos garantir a qualidade da obra e informar as companhias seguradoras sobre os riscos presentes na cobertura do seguro decenal.

Para além do Controlo Técnico de Qualidade, o Bureau Veritas presta uma ampla gama de serviços relacionados como:

- Assessoria técnica na construção
- Peritagens e auditorias técnicas
- Gestão de projectos
- Estudo de patologias
- Segurança em obra
- Technical Due Diligence
- Certificação energética de edifícios
- Construção sustentável (LEED, BREEAM, GREEN RATING)
- Acústica

A inspecção por uma terceira parte independente proporciona uma mais-valia na análise dos riscos técnicos e valor acrescentado para o seu negócio, minimizando custos futuros referentes a sinistros.

Bureau Veritas Portugal
www.bureauveritas.pt
info@pt.bureauveritas.com
 N.º Nacional 707 200 542

Move Forward with Confidence



**BUREAU
VERITAS**

Boas Práticas



Edificadora Luz & Alves, Lda.

Aposta na Reabilitação

Marco Carapeto | Edificadora Luz & Alves, Lda.

www.luzalves.pt

mcarapeto@luzalves.pt

Com uma posição sólida no ramo da Construção Civil e atenta a permanente evolução do sector, a Edificadora Luz & Alves, Lda., tem dedicado especial atenção à área da Reabilitação, apresentando hoje um vasto número de empreitadas realizadas na especialidade.

Criada em 1954, a empresa tem mantido, desde então, um rumo seguro com um crescimento sustentado, ultrapassando as várias conjunturas e superando as dificuldades deste sector. A qualificação dos seus quadros, a estabilidade societária, os investimentos calculados e a abertura à inovação têm sido determinantes para o sucesso da Edificadora Luz & Alves, Lda.. Como exemplo apresentam-se três casos de boas práticas empresariais de reabilitação.

Recuperação do Palácio da Falcoaria real de Salvaterra de Magos

Originário do séc. XVIII, de arquitectura Pombalina orientada na altura pelo Arquitecto Carlos Mardel, o edifício do Palácio da Falcoaria está classificado como Imóvel de Interesse Público, tratando-se de um exemplar único na Península Ibérica.

Os principais trabalhos de reabilitação focaram-se na recuperação de paredes de alvenaria de pedra com recurso a injecções de cal e pregagens. Na execução da réplica das coberturas e respectiva estrutura de madeira. Foram também recuperados os pavimentos intermédios e respectiva estrutura em madeira. Procedeu-se, ainda, à limpeza e recuperação das cantarias em pedra.

Reabilitação do edifício municipal, Rua do Vale, 7, Bairro Alto Atelier Museu Júlio Pomar

Localizado em pleno Bairro Alto, este antigo armazém do séc. XVII será reconvertido no Atelier Museu Júlio Pomar, com projecto da autoria do Arquitecto Siza Vieira. Esta obra revestiu-se de inúmeras dificuldades desde o difícil acesso e condicionantes do local passando pela complexidade dos trabalhos de adaptação e reforço necessários à nova solicitação do imóvel.

Os processos principais dos trabalhos de reabilitação assentaram na recuperação de paredes de alvenaria de pedra com recurso a injecções de caldas de cal e pregagens, nos rebocos de cal e pintura a tinta de silicatos. Foi também concebida a execução da réplica da cobertura, recuperando-se a totalidade das asnas de madeira existentes. Foi criada uma cave técnica e pavimento elevado para passagem das instalações técnicas. Procedeu-se à limpeza e recuperação de cantarias em pedra.

Requalificação das fachadas, coberturas e zonas comuns, Bairro Quinta dos Ourives Lotes I e J

Conjunto habitacional em estrutura de betão armado, construído na década de 70, apresentava a necessidade urgente de intervenção pela degradação acentuada dos elementos estruturais. Com a intervenção, e a nível de arquitectura, a caixa de escada e as galerias foram fechadas, com os projectos de especialidades da autoria da Edificadora Luz & Alves, Lda.

Foi realizado inicialmente um levantamento e execução de ensaios para aferição das condições estruturais existentes. Procedeu-se à recuperação de elementos de betão armado, com reposição e reforço de secções e armaduras em falta. A rede de drenagem de águas pluviais foi redimensionada. Alterou-se a caixilharia existente e foi possível recuperar toda a cobertura. Foi efectuada uma limpeza e recuperação de cantarias em betão armado ■

1 | Palácio da Falcoaria real de Salvaterra de Magos.

2 | Atelier Museu Júlio Pomar, Lisboa.

3 | Bairro Quinta dos Ourives, Lote I e J.

Anuário da Conservação do Património 2011

O elevado número de agentes, empresas, profissionais, decisores com actividade no sector da reabilitação do edificado e da conservação e restauro do Património arquitectónico, torna premente a publicação de um guia completo que disponibilize informações relevantes, facilitando o acesso a serviços, produtos, equipamentos ou profissionais.

O ANUÁRIO DA CONSERVAÇÃO DO PATRIMÓNIO 2011, que terá como enfoque principal as “Boas Práticas de Conservação e Restauro do Património Arquitectónico”, incluirá as empresas e organizações públicas e privadas que, a nível regional e nacional, actuam nas seguintes áreas: projecto, fiscalização e consultoria; levantamento, inspecções e ensaios; conservação e restauro; serviços; produtos; equipamentos e salvaguarda do património.

O ANUÁRIO, COM DATA DE PUBLICAÇÃO PREVISTA PARA OUTUBRO DE 2011, será composto por duas partes: um dossier com artigos técnicos e estudos de caso sobre o tema, previamente avaliados por uma comissão de arbitragem científica; e uma segunda parte, com listagens detalhadas das empresas e entidades que actuam no sector da conservação e restauro do Património Arquitectónico.

GARANTA JÁ A SUA PRESENÇA nesta publicação, que pela diversidade de informações que encerra, constituirá um instrumento de consulta ímpar para todos aqueles que, no seu quotidiano, se deparam com os protagonistas do sector. Saber quem são, o que fazem e onde estão é o objectivo desta nossa publicação.

The image shows the front cover and an internal spread of the 'Anuário do Património' for 2011. The cover features a photograph of a traditional building facade with balconies and the title 'ap Anuário do património'. The spread pages include a photograph of a building under renovation, text about 'Boas práticas de Conservação e Restauro do Património Arquitectónico', and a list of companies categorized by sector such as 'CONSULTORES', 'CONSERVAÇÃO', 'REabilitação', and 'SUPPLIERS'.

CONTACTE-NOS!

GECoRPA

T. +351 213 542 336 | F. +351 213 157 996
info@gecorpa.pt
www.gecorpa.pt

CANTO REDONDO

T./F. +351 218 852 035 | M. +351 929 016 907
conservacao@anuariodopatrimonio.com
www.anuariodopatrimonio.com

APOIOS



INSTITUTO DE GESTÃO DO PATRIMÓNIO ARQUITECTÓNICO E ARQUEOLÓGICO



INSTITUTO DOS MUSEUS E DA CONSERVAÇÃO



Comissão Nacional da UNESCO PORTUGAL



Instituto da Habitação e da Reabilitação Urbana IH RU



LABORATÓRIO NACIONAL DE ENGENHARIA CIVIL LNEC



FEUP
Universidade do Porto
Faculdade de Engenharia



Associação Portuguesa dos Comerciantes de Materiais de Construção

Palácio da Bolsa

Intervenção no lanternim da Escadaria Nobre

Filipe Ferreira | Eng. Civil, AOF

Lília Costa | Arquiteta, AOF

www.aof.pt

O crescimento e consequente fixação da população nos grandes centros urbanos, verificado a partir dos finais do século XIX, provocaram a necessidade de construir a um ritmo invulgarmente acelerado. Esta dinâmica, associada ao aparecimento do betão armado, levou ao abandono das práticas construtivas tradicionais, consideradas então desajustadas à urgência de resultados. Este “saber-fazer” foi assim posto em causa, tendo-se verificado o quase desaparecimento de mão-de-obra especializada.

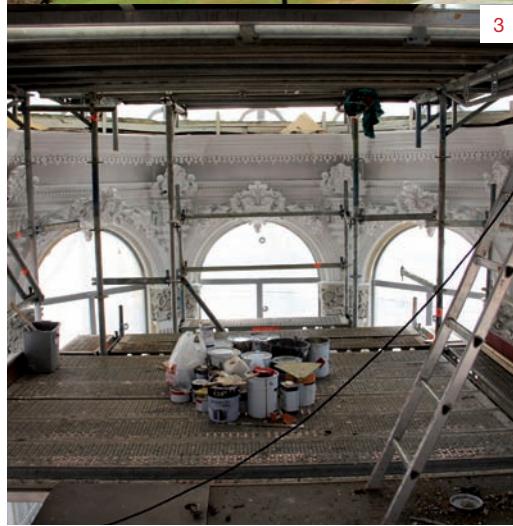
A crise instalada, o desaceleração da construção nova e o aparecimento de novas soluções tecnológicas fizeram reaparecer a importância da reabilitação e consequente interesse pela arte de bem construir.

A criteriosa análise das marcas de um edifício, permite-nos desvendar o seu modo construtivo, a sua função, alterações de uso, época construtiva, intervenções passadas, e fundamentalmente as técnicas utilizadas na sua execução, fundamentais para preconizar soluções para a sua recuperação.

Um bom trabalho de diagnóstico, é fundamental na análise da patologia do edifício, pois permite aferir os melhores meios e técnicas, para formalizar a resposta a cada problema.

No património construído português há exemplos de grande qualidade, quer ao nível arquitectónico, artístico ou simbólico.

Das várias partes que compõe um edifício antigo, apresenta-se um exemplo de reabilitação de uma superfície decorada de madeira, num edifício do século XIX.



Enquadramento

Com traços do neoclassicismo oitocentista, da arquitectura toscana e do neopaladianismo inglês, da autoria do arquitecto Joaquim da Costa Lima, inicia-se, em 1842 a construção do Palácio da Bolsa (Fig. 1). Por lá passaram outros artistas, como Gustavo Adolfo, Tomás Soller, José de Macedo, Marques da Silva, António Ramalho, que ao longo da construção, foram deixando o seu contributo, na que é agora, uma das mais emblemáticas obras arquitectónicas da cidade do Porto. Apesar do fluente uso, o desgaste do edifício obriga ao particular cuidado na sua conservação. A Associação Comercial do Porto, levou a cabo uma obra de conservação e restauro, na ala da Escadaria Nobre (Fig. 2) e Sala Medina (Fig. 3), que abrangeu múltiplas disciplinas. A manutenção preventiva, para além de evitar a degradação acelerada do edifício, mantém-lhe a dignidade.

Foi elaborado um estudo de inspecção e diagnóstico, levado a cabo pelo IC (Instituto da Construção) da FEUP, para que fosse aferido o estado de conservação dos elementos a intervir, sendo este estudo, fundamental para a elaboração das linhas orientadoras das formas de actuação no processo de reabilitação.

O estado de degradação geral, não apresentava risco de perda total de nenhum elemento a intervir, mas anunciaria já sinais de preocupação, que suscitarão a agilização do processo de conservação e restauro.

A cobertura da Escadaria Nobre é composta por uma complexa estrutura de madeira de castanho, constituída por vigas treliçadas e asnas, apoiadas em paredes de alvenaria de granito, rasgadas por vãos com caixilharia metálica. A cobertura é rematada por uma sumptuosa clarabóia, lanternim, com estrutura de madeira, ferro e vidro.

Sob a estrutura da cobertura, encontra-se a estrutura de suporte do tecto abobadado da clarabóia da Escadaria Nobre, em estuque fasquiado. O intradorso do tecto é decorado com telas da autoria de António Ramalho, ladeadas dum trabalho de mestria em estuque decorado com fingidos de granito duma perfeição inigualável.

Coroando o trabalho em estuque, o remate dos vãos do lanternim, é constituído por painéis de madeira de castanho, a revestir a estrutura, com colunelos clássicos, capitéis compósitos e brasões a rematar os arcos das bandeiras dos vãos. (Fig. 4)

Existem inúmeros elementos esculpidos em madeira de castanho, num trabalho de filigrana, fingindo estuque, com a mesma qualidade dos restantes elementos da abóbada.

O remate do tambor da clarabóia, com as águas do telhado da cobertura, em rufo de chumbo coberto com telas betuminosas, encontrava-se em avançado estado de degradação, devido às alterações a que foi sujeito e ao desgaste dos materiais que o constituíam. Esta patologia originou infiltrações no interior do espaço, e consequentemente a degradação de algumas molduras das almofadas dos vãos. (Fig. 5). Os restantes elementos de revestimento, apenas apresentavam perdas pontuais de material, por queda, devido à esbelteza desses elementos decorativos. Parte deles, são reforçados com folha de chumbo, para melhor fixar as diversas peças dos elementos

Intervenção

O projeto de intervenção foi elaborado pela AFA. Grande parte da superfície de madeira, apenas apresentava sujidade superficial, de pó acumulado, agravado com a humidade relativa do ar. (Fig. 6)

A intervenção iniciou-se com uma limpeza manual, seguida de limpeza química, nas áreas mais afetadas.

Os brasões que coroam as bandeiras das janelas, foram cuidadosamente removidos, para serem tratados e para permitirem a substituição dos vãos de ferro. Estes elementos estavam originalmente numerados, o que facilitou a organização e manuseamento das peças.

As molduras das almofadas foram igualmente desmanteladas, para ser possível a substituição dos vãos metálicos. Alguns elementos apresentavam podridão, devido às infiltrações a que foram sujeitos, tendo sido substituídos pontualmente, através de próteses de madeira da mesma espécie, com perfil igual ao pré-existente. Após este trabalho inicial, toda a superfície foi preparada, para receber um esquema de pintura em esmalte de cor semelhante à pré-existente.

Por se tratar dum lanternim, toda esta superfície pintada apresenta um risco acrescido de degradação por exposição solar. A escolha dos novos painéis de vidro, em vidro laminado, foi pensada para minimizar a radiação sobre os elementos interiores.

Conclusão

A intervenção num edifício histórico tem de ser vista como um todo. As diversas disciplinas e intervenientes têm que dialogar entre si, para aferir a melhor solução para o conjunto arquitectónico.

Conseguiu-se com este trabalho a preservação dos elementos do lanternim, respeitando a autenticidade, utilizando as técnicas tradicionais, associadas a novas tecnologias ■



Boas Práticas na reabilitação

O proprietário como dinamizador

João Varandas | Strutt Património, Lda.

joao.varandas@struttpatrimonio.pt

www.struttpatrimonio.pt



A aquisição de habitação foi sempre, regra geral, um processo de selecção pelo futuro proprietário de uma fracção ou imóvel que satisfaça as suas necessidades de alojamento do seu agregado familiar e que possua características que correspondam minimamente as suas aspirações de identidade...

A aquisição de habitação foi sempre, regra geral, um processo de selecção pelo futuro proprietário de uma fracção ou imóvel que satisfaça as suas necessidades de alojamento do seu agregado familiar e que possua características que correspondam minimamente as suas aspirações de identidade, enquadrado nos seus recursos económicos. Este processo encontra-se em regra viciado pela hegemonia do parque habitacional, onde se diferencia as habitações entre si em pouco mais do que a sua localização, áreas, tamanho dos seus envolvidos e revestimentos utilizados nas zonas húmidas.

Sendo a habitação o produto mais oneroso que em regra o indivíduo adquire no seu ciclo de vida, seria importante que tivesse a hipótese de poder intervir mais profundamente naquilo que vai ser o seu lar e proteção.

As recentes restrições orçamentais tem vindo a criar as condições para que isso na realidade aconteça. O paradigma da aquisição de habitação nova começa finalmente a mudar, surgindo a consciência da diferença que é ser o próprio a promover a reabilitação da sua própria casa, informando-se, fazendo-se acompanhar

de técnicos e empresas especializadas e envolvendo-se a fundo no processo.

O que até a um passado recente era muitas vezes nem considerado, a aquisição de uma fracção ou imóvel por reabilitar, começa a germinar na consciências das famílias, na perspectiva de um longa e maior relação com a sua futura casa e de acesso a habitações com um potencial verdadeiramente mais individualista, diferentes da oferta comum, adquiridos por valores mais reduzidos em virtude do seu estado de degradação (salvaguardando o aspecto estrutural) e disponíveis nas zonas históricas das cidades.

Criando unicamente à partida condições para a sua utilização imediata e optando por processos de reabilitação graduais, economicamente adequados aos seus recursos, sem o endividamento imediato da globalidade do valor que corresponderia à aquisição de uma casa nova, poderá o proprietário tomar opções conscientes e informadas sobre todos os aspectos importantes que valorizarão a sua habitação: a manutenção e reaproveitamento dos revestimentos existentes, equilibrar a componente de inserção de novos materiais na

reabilitação por forma a que esta não perca a sua identidade, a optimização das características energéticas da fracção e a sua componente ambiental, estudando espaços de optimização para uma utilização mais consciente dos recursos a seu dispor, entre outros factores. O processo para se chegar ao produto final é mais penoso e problemático, porque se vive o dia-a-dia da reabilitação, com as condicionantes que as intervenções provocam, mas o resultado será certamente mais recompensador.

Existem já promotores a promover este tipo de ação, adquirindo edifícios, reabilitando as zonas comuns (cobertura, fachada, caixa de escadas e redes técnicas) e transacionando os apartamentos nas exactas condições em que se encontram, deixando a possibilidade ao futuro proprietário de intervir.

A Strutt Património participa em iniciativas desta natureza, com a consciência que é um importante passo e uma boa prática para a necessária revitalização do parque edificado, contribuindo igualmente para a identidade do indivíduo e promovendo o conhecimento deste nas componentes ambientais e sociais associadas à sua habitação ■

Se a sua área é a Reabilitação... Dez bons motivos para se associar ao GECoRPA

1 - Experiência

Contacto com outras empresas do segmento da reabilitação. Fórum para discussão dos problemas do sector.

Ambiente favorável à excelência.

2 - Representatividade

Eficácia na defesa dos interesses comuns e capacidade de diálogo nas relações com as entidades oficiais, para melhor defesa da especificidade do sector. Definição de critérios de adjudicação mais adequados, colaboração com outros agentes no estabelecimento dos princípios a que devem obedecer as intervenções de conservação e restauro.

3 - Publicações

Revista *Pedra & Cal*. Desconto nas publicações vendidas na Livraria Virtual (a primeira em Portugal inteiramente vocacionada para os temas da reabilitação, conservação e restauro).

4 - Publicidade e Marketing

O GECoRPA distingue as empresas associadas em todas as suas actividades: desde o sítio Internet e revista *Pedra & Cal*, até aos seminários e certames onde participa.

Condições vantajosas na publicidade da *Pedra & Cal*. Publicação de notícias, estudos de casos e experiências. Acesso a um conjunto de produtos de merchandising.



5 - Informação

Recolha e divulgação de informação técnica sobre o tema da reabilitação, conservação e restauro do edificado. Acesso a informação técnica e legislativa, bem como aos concursos públicos da área.

6 - Gestão da Qualidade

O GECoRPA proporciona apoio à implementação de sistemas de gestão da qualidade e à certificação, e oferece condições vantajosas na aquisição de certificados digitais qualificados.

7 - Concorrência Leal

O GECoRPA defende os associados contra a concorrência desleal de empresas sem as necessárias qualificações e de entidades indevidamente presentes no mercado.

8 - Referência

Muitos donos de obra procuram junto do GECoRPA os seus fornecedores de serviços e produtos. Pertencer ao GECoRPA constitui, desde logo, uma boa referência.

9 - Formação

Formação e aperfeiçoamento dos quadros dirigentes e do pessoal executante. Racionalização dos métodos de trabalho e da qualidade das relações humanas nas empresas. Oferta regular de seminários e acções de formação.

10 - Presença na Internet

Todos os associados estão representados na Internet, pelo menos através do sítio da associação. Construção e alojamento de sítios próprios de cada empresa associada. Bolsa de Emprego on-line dedicada ao segmento da reabilitação do edificado e da conservação e restauro do património arquitectónico.

Responsabilidade Social

www.somafre.pt

A SOMAFRE Construções, é uma empresa do sector da construção civil que se tem vindo a diferenciar pela aposta em soluções inovadoras, flexíveis e de valor acrescentado nas obras que realiza, e também pelo privilégio e especialização que tem procurado desenvolver ao nível do restauro e reabilitação de edifícios.

Apesar de ser uma organização privada, naturalmente focada na expansão do negócio, nos resultados financeiros e na fidelização dos seus clientes, a Administração do Grupo SOMAFRE tem pautado a sua acção, desde sempre, pela conjugação destes factores com uma forte preocupação social, cultural e ambiental. É neste contexto que há mais de 20 anos a SOMAFRE surge permanentemente associada a iniciativas de mecenato, responsabilidade social, promoção cultural e desportiva. Com efeito, esta faceta tem-se revelado uma das suas preocupações estratégicas que, inclusivamente, determina uma das unidades sempre presente no seu plano anual de controlo dos objectivos (integrado no sistema de gestão da qualidade).

Mais do que desenvolver a sua actividade de mecenato e responsabilidade social baseando-se apenas na atribuição de donativos, ou outros apoios financeiros para a aquisição de bens solicitados por instituições de solidariedade social, a SOMAFRE considera de especial riqueza a participação e o envolvimento directo com as entidades a quem presta apoio, seja pela presença e ajuda nos eventos que organizam, na colaboração activa para a resolução de alguns problemas práticos que enfrentam, ou na doação de bens imateriais, seja em forma de trabalho e/ou do tempo dedicado a essas iniciativas de apoio social.





Destacam-se três exemplos destas acções de responsabilidade social:

01

Em 2007, a SOMAFRE executou intervenções de reabilitação de um espaço no Panteão Nacional, nomeadamente pela execução de trabalhos de pintura e requalificação dessa área para as cerimónias de transladação dos restos mortais do escritor Aquilino Ribeiro.

02

Em 2010, na sequência da aquisição e total reabilitação de um prédio de 1890 na Travessa da Queimada – Bairro Alto (antiga Livraria Histórica Ultramarina), foram desenvolvidas obras de restauro integral do edifício. Assim, além de preservar todo o seu espólio (livros, mobiliário, peças decorativas, etc.), manteve-se a traça e o respeito pelos materiais de origem, sem descurar os indispensáveis requisitos de segurança e higiene, comodidade, funcionalidade e eficiência energética.

Terminada esta intervenção, a SOMAFRE deu nova vida ao edifício e devolveu-lhe a utilização em prol das artes, da responsabilidade social, do convívio e da promoção cultural. Foi assim que colocou este espaço de significativo valor histórico, que por mais de um século foi alfarrabista/livraria, palco de tertúlias e de múltiplos encontros culturais, novamente ao serviço da comunidade, nomeadamente, pela sua cedência como galeria para diversas exposições de pintura, eventos de criação artística “ao vivo”, espectáculos musicais, eventos infantis (com música e poesia), entre outros. Nasceu assim a iniciativa

“Sinergias”, que conta já com mais de cinco edições e que se tem perpetuado noutros espaços, sempre com o intuito de divulgar e promover o trabalho artístico, quer de valores consagrados do panorama nacional, quer de jovens e promissores talentos. As “Sinergias” mais recentes foram realizadas no edifício XXI, no Pólo Tecnológico de Lisboa, nomeadamente, em parceria com a Escola de Design e Artes Decorativas (Caldas da Rainha) do Instituto Politécnico de Leiria e com o artista plástico Viriato da Silveira, numa mostra que pretendeu dar a conhecer a súmula de décadas de uma carreira dedicada à pintura, à escultura e à formação de novos artistas de países de expressão portuguesa.

03

Já este mês, a SOMAFRE colaborou novamente com o PISCJA – Projecto de Inclusão Social de Crianças e Jovens do Armador, associação a quem já tem vindo a prestar outros apoios, desta feita pela disponibilização de todos os materiais necessários para a actividade de reabilitação do espaço onde está implantado o Projecto, no Bairro do Armador (Chelas). Esta actividade comunitária, intitulada informalmente de “lavar a cara” do PISCJA, visou o envolvimento das próprias crianças e jovens apoiados pelo projecto nos trabalhos de preparação do espaço a intervencionar, na sua pintura e decoração e integrou também, como “convidados especiais” as crianças e jovens do Projecto Ser Maior, do Bairro da Boavista.

Estas e outras actividades podem ser encontradas, em maior detalhe, no site da empresa www.somafre.pt, nas áreas reservadas à actividade social, cultural e desportiva e à “SOMAFRE na comunicação social” ■

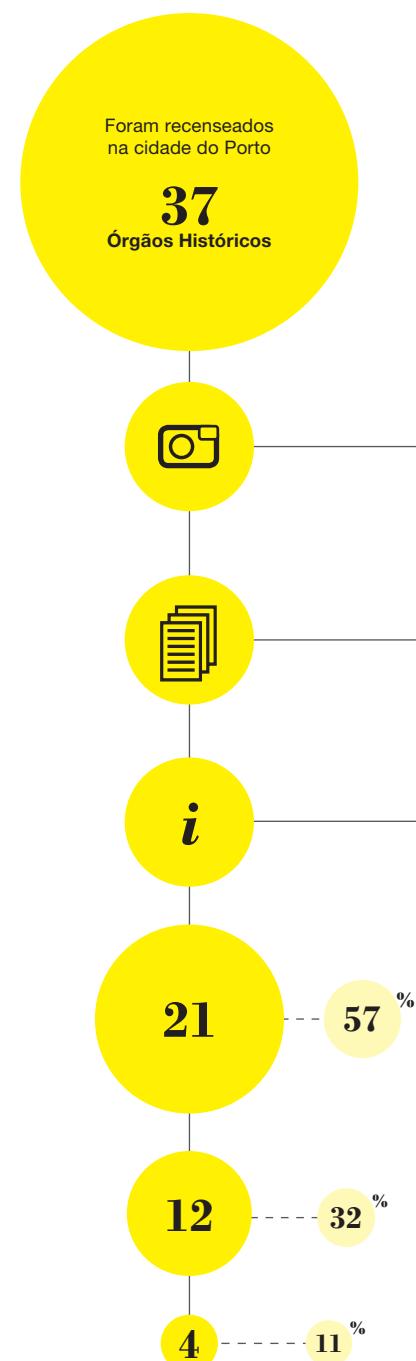
Associação Cultural e de Estudos Regionais

<http://acer-pt.org>

A ACER é uma Associação Cultural sem fins lucrativos que tem como objectivos estatutários: ‘a inventariação, estudo e divulgação do Património Cultural; a salvaguarda do Património Natural e Cultural; o intercâmbio com outras associações congénères nacionais e estrangeiras’.

Esta associação nasceu da necessidade de se obter um levantamento o mais rigoroso possível e actualizado, sobre o património, avaliando o estado de conservação e de funcionamento e propondo medidas para a recuperação, manutenção e utilização. A inventariação dos Órgãos Históricos nas igrejas do Porto é um exemplo desse trabalho, contribuindo para a valorização do Património Histórico e Cultural da Região Norte e o reforço da Cultura como factor de desenvolvimento e de emprego, não só a montante pelo papel dinamizador do sector da Conservação do Património, como a jusante através da criação de novos itinerários turísticos e culturais.

Este projecto foi objecto de uma candidatura apresentada em Março de 2006 ao ‘Programa de Apoio aos Agentes Culturais’ da Delegação Regional da Cultura do Norte a qual foi aprovada em Julho de 2006 com a concessão de um subsídio.



A maior concentração dos instrumentos arruinados, em mau e deficiente estado de conservação situava-se na área do Porto - Património Mundial.

Resultados



Do levantamento fotográfico obteve-se um acervo de cerca de 1.500 imagens digitais em 8mpg. Dada a extensão dos ficheiros optou-se por realizar cópias em CD para armazenamento das imagens.

Para cada órgão abriu-se uma ficha caracterizadora na qual foram descritos os elementos constituintes das caixas e do órgão propriamente dito, as características tonais do instrumento, o seu estado de conservação e a autoria obtida através da pesquisa documental (contratos). Consegiu-se determinar o ano ou época de construção de todos os instrumentos. Em cerca de 80% deles obteve-se a indicação do nome do seu construtor.

Da análise feita até Março 2006 ao estado de conservação/funcionamento dos Órgãos Históricos situados na cidade do Porto, obteve-se a seguinte informação:

Arruinado, em mau estado e deficiente

Em relativo bom estado

Indeterminado

1 | Órgão de S. Bento da Vitória (Porto).



2

3

4



O projecto “Vale do Minho - Espaço, Memória e Identidade”, foi outro levantamento realizado pela ACER, que resultou da necessidade de se disponibilizar na Internet um conhecimento o mais exaustivo e actualizado possível sobre o Património Natural e Cultural da região na perspectiva não só da sua salvaguarda como também de o considerar um agente motor de desenvolvimento integrado sustentável. Entre os objectivos definidos estava presente a divulgação de conteúdos de Património Natural e Cultural contribuindo para a defesa da identidade cultural do Vale do Minho, a melhoria da prestação de serviço público no domínio da Conservação preventiva do Património Construído e Natural, o apoio a actividades de investigação e ensino e também no acesso à história e características dos bens culturais do Vale do Minho.

O contributo para o desenvolvimento integrado sustentável da região, quer a montante pela dinamização do sector de Conservação do Património, quer a jusante pelo impacto no Turismo e Restauração, a promoção da imagem da região através da Integração do Vale do Minho na rede europeia de itinerários turísticos culturais e por fim o contributo para a Sociedade da Informação pela Digitalização do Património Cultural e sua divulgação na Internet.

Este projecto foi objecto de uma candidatura apresentada em Junho de 2006 ao ‘Concurso de Ideias’ promovido pela Comunidade Intermunicipal do Vale do Minho tendo sido aprovada em Novembro de 2006.

Resultados

01

Foram elaboradas 569 fichas de caracterização com textos revistos;

02

A localização em coordenadas geográficas atingiu cerca de 80% dos imóveis inventariados. Incluíram-se trajectos, em particular o Caminho de Santiago.

03

Para suprir a falta de informação sobre a história dos edifícios foram efectuadas pesquisas nos seguintes Arquivos:

Arquivo da C. Municipal de Melgaço;
Arquivo da C. Municipal de Monção;
Arquivo da C. Municipal de Valença;
Arquivo da C. Municipal de Vila Nova de Cerveira;
Arquivo Distrital de Viana do Castelo;
Arquivo Distrital de Braga.

Deste trabalho resultou ainda a digitalização de 1.668 documentos.

04

Procedeu-se à digitalização de diapositivos, fotografias antigas, cartazes, e acrescentou-se o arquivo com fotografias digitais para substituição das analógicas de inferior qualidade. Obteve-se um ficheiro total de 7.728 imagens, de que se seleccionou um conjunto de cerca de 3.500 para serem inseridas no “site” do projecto.

05

Construção/concepção do ‘site’
<http://emi.valedominhodigital.pt>

A interactividade foi estabelecida por ligação a outras fichas com as quais se encontra relacionada a consultada pelo utilizador e por georeferenciação à cartografia do Google Maps, permitindo acesso a mapas com a localização do elemento patrimonial referido na ficha, e por esta via pode também obter-se o itinerário de aproximação e imagens aéreas, com maior ou menor aproximação/maior ou menor detalhe, da zona e do elemento patrimonial. Em alguns casos (com boa definição da imagem) consegue-se descontinar a organização do espaço e as plantas dos edifícios, bem como o seu envolvimento.

O “Vale do Minho - Os saberes-fazer do passado no desenvolvimento rural”, é um dos projectos em curso, que será desenvolvido em duas vertentes; o património edificado e o património artesanal. Este trabalho justifica-se pela importância do sector de Conservação e Restauro no Desenvolvimento Regional, com particular acuidade em zonas de economia deprimida e pouco diversificada onde é imperioso implementar uma estratégia local assente, entre outros vectores, na reabilitação e conservação do Património edificado e em estreita interligação com as comunidades locais ■

2| Ciclo do Linho (Nogueira).

3| Paisagem Agrária (Parada do Monte).

4| Fissura em Estuque Decorativo.



Cidadania pelo Ambiente ou Rede de Vontades pelo Ambiente

Ana Sofia Ribeiro e Filipa Lacerda | LPN - Liga para a Protecção da Natureza

www.lpn.pt

A géneze da maior parte das associações advém da vontade de um grupo de voluntários juntarem-se com o fim de prosseguirem causas comuns. Assim aconteceu com a formação da LPN, em 1948, ano que marcou o início do movimento ambientalista em Portugal.

Em resposta ao apelo do poeta Sebastião da Gama para salvar a Mata do Solitário, na Serra da Arrábida, um grupo de defensores da Natureza, maioritariamente académicos, usando a sua rede de contactos cria a LPN. Este gesto mais tarde deu origem ao Parque Natural da Arrábida acabando por ser a primeira de muitas iniciativas lideradas por voluntários cuja intervenção em cada local tem sido a favor da conservação do património natural nacional. A complexidade dos problemas e a necessidade de uma actuação organizada levaram as associações a semi profissionalizarem-se e a estabelecerem parcerias

para optimizar acções de voluntariado que tradicionalmente funcionam como pacotes pré-definidos de oferta ou por convite aos quais os cidadãos respondem aderindo. A LPN, ao longo dos anos, apercebeu-se que este formato tradicional de organização do voluntariado nem sempre responde às expectativas de muitos grupos deixando de fora oportunidades de actuação únicas a nível local. Como solução, a LPN lança em 2009 o Ecos-locais, um projecto de voluntariado sustentado em redes de contactos e parcerias, que aproveita as novas tecnologias para orientar os pedidos dos grupos que pretendem agir localmente, criando assim sinergias.

1 | Observação de Aves - Castro Verde.



2 3

Projeto ECOs-Locais Prevenir, Detectar e Actuar

O ECOs-Locais é um projecto de educação e cidadania ambiental, de âmbito nacional, que visa a prevenção e resolução dos problemas ambientais a nível local. Tem como objectivo levar a comunidade a tomar consciência da realidade ambiental da zona onde habita e a responsabilizar-se perante o que a rodeia. É um projecto da LPN que tem como parceiros o CNE - Corpo Nacional de Escutas e o SEPNA/GNR - Serviço de Protecção da Natureza e Ambiente da Guarda Nacional Republicana.

O ECOs-Locais incentiva os cidadãos a olharem de forma mais informada para tudo o que está à sua volta, a estarem alerta para situações que afectam o Ambiente e a qualidade de vida e a perceberem que podem actuar na sua prevenção ou resolução, nomeadamente através da realização de ECO-Accções. Para participarem no ECOs-Locais basta inscreverem-se na página Web do projecto - <http://ecoslocais.lpn.pt>, onde encontram toda a informação sobre o mesmo e as ferramentas de intervenção e de suporte necessárias para prevenirem, actuarem e resolverem os problemas detectados.

As ECO-Accções (acções concretas realizadas pelos participantes), por uma questão metodológica, devem seguir várias etapas. Estas passam pela inventariação de problemas ambientais locais, através

“

O ECOs-Locais tem como objectivo levar a comunidade a tomar consciência da realidade ambiental da zona onde habita e a responsabilizar-se perante o que a rodeia.

”

de um diagnóstico ambiental, da análise e reflexão sobre os resultados encontrados e do estabelecimento de prioridades, para a escolha de um caso concreto no qual vão actuar. Após a selecção deste caso é então organizada a forma de intervenção com a concepção de um mini-projecto, partindo-se depois para a realização da acção em concreto. Na acção deve sempre ser dada prioridade à colaboração das redes criadas, dos parceiros locais e da comunidade. No final é realizada uma avaliação, podendo esta, ser o ponto de partida para o planeamento de uma nova ECO-Accção.

Este projecto de voluntariado é destinado a quem se preocupa com o Ambiente e com a qualidade de vida de todos, a quem pretende actuar mas não sabe como começar, àqueles que detectam problemas ambientais na sua zona ou que os gostariam de prevenir mas

não tem o apoio necessário. Para tal basta formar um grupo, que pode ser pequeno, de amigos, de colegas, de familiares ou de outras pessoas que partilhem a mesma vontade de actuar, e inscreverem-se no Projecto ECOs-Locais. A inscrição é livre de encargos e pretende apenas criar uma rede de vontades, organizada e efectiva, para que juntos se dê o exemplo, começando a nível local.

O Projecto ECOs-Locais foi concebido para ter o efeito de um Eco, levando a que a comunidade e as entidades locais se envolvam no processo. Os grupos participantes têm o papel de dinamizadores, pois são os que actuam em termos de prevenção e de sensibilização, levando os restantes cidadãos a tomarem consciência dos problemas ambientais locais e a responsabilizarem-se, tornando-se também eles cidadãos activos ■

2 | Limpeza do Jardim LPN.

3 | Limpeza de Resíduos.

Voluntariado por um melhor ambiente

Francisco Ferreira | Vice-Presidente da Quercus

www.quercus.pt



Em Portugal, o trabalho associativo formal na área do ambiente nasce em 1948 com a fundação da Liga para a Protecção da Natureza.

Passados mais de 50 anos, há 11 organizações não governamentais de ambiente de âmbito nacional, 18 regionais e cerca de 30 locais.

As associações nacionais têm alguns milhares de sócios, mas é um número incomparavelmente pequeno, se comparado com o de outros países europeus, caso a nossa análise seja proporcional à população. Estes números, por serem tão baixos, devem fazer-nos reflectir sobre a fraca participação dos portugueses no que respeita ao associativismo na área do ambiente. Por outro lado, as iniciativas de escolas, de empresas, de outras entidades, tendo como tema o ambiente, multiplicam-se, dando a comunicação social, também grande visibilidade a esta área que é crucial para a nossa qualidade de vida. A iniciativa "Limpar Portugal", por exemplo, foi extremamente mobilizadora e mostrou que há um espírito de ajuda e de voluntariado para mobilizar as pessoas no combate à poluição e por um melhor ambiente. Os portugueses parecem

assim ser avessos ao associativismo mas abertos a colaborarem pontualmente e de forma muito empenhada quando chamados para tal.

É sempre complicado apresentar uma explicação rigorosa sobre estas dificuldades do movimento associativo: a natureza da própria realidade social, cultural e económica da sociedade portuguesa, que não permite ou estimula um compromisso mais permanente das pessoas; uma educação que estimula algum individualismo ou a incapacidade das associações de motivarem e envolverem a população. O que se verifica é que, nesta e noutras áreas do voluntariado, a procura de apoio e de acção é cada vez maior e os recursos daqueles que se dedicam a este trabalho – com grandes compensações mas muita burocracia e persistência necessárias – são sempre limitados.

1 | Manifestação de Voluntários da QUERCUS em Almaraz, (Foto Quercus).

“

A iniciativa “Limpar Portugal”, por exemplo, foi extremamente mobilizadora e mostrou que há um espírito de ajuda e de voluntariado para mobilizar as pessoas no combate à poluição e por um melhor ambiente.

”

Na Quercus, os desafios são enormes, com o atractivo de serem extremamente diversificados. Desde cuidar de animais em centros de recuperação a manter áreas de reservas onde existem habitats únicos, promover uma educação para um desenvolvimento mais sustentável ou ainda estudar, analisar, avaliar e denunciar as políticas em áreas tão variadas como os recursos hídricos, a qualidade do ar, o clima, a energia, os resíduos, ou a construção, há oportunidades para cada um escolher o tópico de intervenção que mais o satisfaz e em que o seu trabalho pode ser mais útil. Por vezes, desmotiva-nos a sensação avassaladora de sentirmos que aquilo que fazemos é um contributo demasiado pequeno e insignificante face a outros problemas globais. Porém, a natureza do trabalho que envolve muitos dos núcleos regionais da associação revela-se uma mais-valia, onde o trabalho voluntário é mais visível e recompensador.

Numa associação de defesa do ambiente, o trabalho em rede é essencial, quer à escala nacional, quer internacional. Se por um lado, torna muito mais difícil a gestão, a organização da Quercus em núcleos regionais é uma valência única e enriquecedora, permitindo o acompanhamento das questões locais dos diversos domínios de uma forma muito mais próxima e rigorosa. Por outro lado, a política ambiental europeia é decisiva na determinação das regras e legislação nacional. Como tal, o trabalho das organizações não governamentais de ambiente faz-se recorrendo a redes como a proporcionada pelo Secretariado Europeu do Ambiente (European Environmental Bureau), sediado em Bruxelas, que congrega muitas dezenas de associações ambientais de toda a Europa. Noutras políticas, como a área da energia e das alterações climáticas, ou dos transportes e ambiente, também

o trabalho tem de ser efectuado através da congregação de esforços à escala europeia e mundial, fazendo a Quercus parte da Federação Europeia de Transportes e Ambiente e da Rede Internacional de Ação Climática (através da área europeia). Também na área da biodiversidade, a avaliação dos problemas graves que atravessamos é feita num contexto alargado de associações.

Neste Ano Internacional do Voluntariado, é urgente lembrar o papel que muitos de nós podemos ter, nos alertas e na acção, por um desenvolvimento mais sustentável. O trabalho das associações é uma oportunidade de aprendizagem, de dignificação da nossa acção individual e colectiva em prol de um futuro melhor que está ameaçado e, acima de tudo, um apelo à disponibilidade, à compreensão de ideias e perspectivas diferentes, uma forma de termos um papel na mudança, seja ela pequena ou grande, mas sempre valiosa e gratificante ■



2

3



2 | Libertaçao de um grifo, Centro de Recuperação da QUERCUS, (Foto Quercus).

3 | Conservação bio, (Foto Quercus).



1

Telheiro da encosta do castelo de Montemor-o-Novo

Sandra Coelho | Oficinas do Convento

www.oficinasdoconvento.com

O Telheiro da Encosta do Castelo vem comprovar que o tecido associativo é, também ele, empreendedor capaz de gerar rendimento. A diversidade de competências, actividades e metas de uma associação podem constituir-se como uma vantagem na construção de projectos activistas, dinamizadores e transdisciplinares, com capacidade de afirmação no mercado.



Associação Cultural de Arte e Comunicação Oficinas do Convento tem a sua génesis num colectivo de artistas – na sua maior parte escultores – que, procurando um local de trabalho, solicitaram ao Município a cedência de alguns dos espaços do Convento de S. Francisco, em Montemor-o-Novo. O crescimento e consolidação deste colectivo acompanharam a crescente ocupação do Convento e dos seus espaços, culminando na formalização de uma estrutura associativa em 1996. Por esta altura, na sequência de um estudo sobre os telheiros da região e sua produção tradicional, e de um levantamento dos telheiros ainda existentes, a Oficinas do Convento e a MARCA ADL propuseram ao Município a recuperação do Telheiro da Encosta do Castelo – uma estrutura antiga e degradada, com uma produção praticamente extinta.

1 | Telheiro da Encosta do Castelo.



2

“

...o Telheiro disponibiliza a sua estrutura, recursos e equipamentos para a realização de acções nos campos da Escultura, Cerâmica, Design e Arquitectura, ao longo das quais se pretende que as técnicas e materiais de construção artesanal, em relação com o lugar, sirvam de base para o desenvolvimento de projectos artísticos.

”

A Associação nasce assim, de uma proposta de dinamização cultural, intimamente ligada à conservação e revitalização do património, através do objectivo estatutário de recuperação do espaço sede – o Convento de S. Francisco – e de uma unidade de produção cerâmica artesanal – o Telheiro da Encosta do Castelo.

O Telheiro produz, desde 1997, diversos materiais de construção e decoração em terra, constituindo-se como um projecto de valorização local, de desenvolvimento económico e de manutenção de técnicas tradicionais. Utilizando formas de madeira, a produção é feita na eira, a céu aberto, durante o período de Março a Outubro, época que permite a secagem ao sol e a cozedura em fornos a lenha. No Inverno, o Telheiro dedica-se à produção de materiais cerâmicos decorativos, com vidrados e englobes, para pavimentos e revestimentos de interiores e exteriores. Afirmar-se como um projecto auto-sustentável, cuja viabilidade económica se encontra na venda dos produtos. A sua natureza mercantil, ainda que marcada pela preservação dos saberes tradicionais, acompanha os objectivos da Associação, no que respeita à produção, criação, reflexão e divulgação no campo da arte contemporânea. Assim, o Telheiro

disponibiliza a sua estrutura, recursos e equipamentos para a realização de acções nos campos da Escultura, Cerâmica, Design e Arquitectura, que sirvam de base para o desenvolvimento de projectos artísticos. Destacam-se os três Simpósios Internacionais de Escultura em Terracota (1996, 1998 e 2001), que marcaram o crescimento da Associação e permitiram avançar para a cerâmica de grande formato, estabelecendo uma relação directa com a arquitectura tradicional e com as matérias cerâmicas do lugar.

Para o biénio 2011-2012, a programação da Associação inclui a realização de Residências Artísticas nas áreas da Escultura e do Design de Equipamento, potenciando a investigação e a produção artística em torno dos materiais em terra, de Oficinas Experimentais de Escultura e de um projecto pedagógico – «Arquitectura e Espaço Habitado» – que levará crianças a experimentar técnicas de construção em terra. Neste momento o Telheiro constrói ainda o seu caminho em direcção à sustentabilidade financeira, através da sua afirmação no mercado. As redes que se constituem, com parceiros e indivíduos, simbolizam um importante capital social que se expressa no voluntariado e que tem sido motor do desenvolvimento do projecto.

Este capital social, a par com a transdisciplinaridade do Telheiro, articula a produção artesanal com a produção artística em diversos campos. Na mesma estrutura, a investigação e produção artística contemporânea coexistem com a venda de produtos, sempre a partir da mesma matéria: a terra. No associativismo empreendedor, projectos desta natureza podem constituir-se como uma importante fonte de rendimento, que permite a auto-sustentabilidade das estruturas culturais, com maior autonomia e impacte na dinamização económica do seu lugar ■

O Telheiro da Encosta do Castelo recebe grupos de trabalho e acolhe propostas no nível da investigação e inovação nos campos da Arquitectura, Design, Ambiente e Arte.

Mais informações:
Tel.: 266 899 824

oc@oficinasdoconvento.com
<http://telheiro.oficinasdoconvento.com>



1

Que futuro para um passado esquecido

Bartolomeu de Noronha | Director da Associação Portuguesa das Casas Antigas

www.ap-casas-antigas.pt

O nosso país tem assistido a uma total ausência de políticas de defesa dos imóveis de interesse histórico, razão pela qual existe a Associação Portuguesa das Casas Antigas.

Associação congrega proprietários privados de casas classificadas ou classificáveis como imóveis de interesse histórico nacional ou local, tentando salvaguardar esse património, que está excluído de qualquer protecção, e à mercê de uma estrutura socioeconómica e política centrada apenas nas cobranças de IMIs e IMTs e num desenvolvimento urbano absolutamente anacrónico. Nesse sentido, e dado que Portugal partilha o espaço europeu a Union of European Historic Houses Associations, remeteu como resposta ao pedido do Conselho da Europa, visando a definição de uma nova política cultural europeia as propostas da Associação, que considera que o futuro do património edificado, está fortemente marcado pela capacidade dos governantes entenderem que essa riqueza é uma parte incontornável da nossa identidade.

Estimamos que existam cerca de 12 000 casas históricas espalhadas pelo País, sendo que, a maioria deste património edificado não está ainda identificado e caracterizado. Nesta perspectiva, estamos a elaborar um inventário complementar aos existentes no IGESPAR e no IHRU desta importante componente do património edificado nacional, incluída num protocolo de colaboração com o IGESPAR – Instituto de Gestão do Património, do Ministério da Cultura, esta acção tem a finalidade de identificar as principais características patrimoniais do país e traçar um panorama do seu actual estado.

Esta finalidade, constitui uma atitude cívica de consciência social e solidariedade que deve incluir a importância do trabalho voluntário, com o contributo de indivíduos motivados a defender uma causa estruturante do património histórico nacional.

1 | Solar de Bertiandos - Ponte de Lima.

Tal trabalho voluntário deverá, no entanto, obedecer a regras e princípios dos quais destacamos os seguintes:

01

Qualificar e respeitar a actuação do voluntariado pelos poderes públicos;

02

Capacitar associações, organizações e pessoas para a prática do voluntariado numa perspectiva transformadora do actual estado de coisas;

03

Incentivar a prática do “voluntariado transformador” pela criação de linhas orientadoras e um banco de dados em rede;

04

Criar um sistema de monitorização e avaliação com indicadores de desempenho;

05

Exercer o controle social e sugerir a implementação de verdadeiras políticas públicas de ajuda aos privados.



“

Enquanto os poderes públicos se concentram no imediato, com políticas, por vezes, ineficientes e ineficazes têm sido as Associações a substitui-se ao Estado, fazendo verdadeiros “milagres”, para suprir carências com um trabalho muitas das vezes de excelência.

”

Enquanto os poderes públicos se concentram no imediato, com políticas, por vezes, ineficientes e ineficazes têm sido as Associações a substitui-se ao Estado, fazendo verdadeiros “milagres”, para suprir carências com um trabalho muitas das vezes de excelência.

Entre os vários objectivos que a Associação pretende alcançar, destaca-se a fomentação de estudos sobre bens culturais imóveis e móveis, o apoio a todas as formas os museus particulares, bibliotecas, arquivos e colecções, promovendo com prévia autorização ou a solicitação dos proprietários, a realização dos respectivos inventários e a formação de especialistas nas técnicas de conservação e restauro tradicional e atribuir prémios a trabalhos de recuperação, bem como a estudos históricos e arquitectónicos.

A Associação pretende desenvolver estes objectivos, mediante a implementação de trabalho em rede e voluntariado. A Associação propôs e vai propor novamente ao Ministério da Educação a colaboração da rede de escolas do Ensino Básico (designadamente do 3º ciclo) e do Ensino Secundário (em especial as que leccionem os cursos científico-humanísticos), para a realização deste inventário. Estas participações seriam orientadas pelos professores e em ligação com uma estrutura central composta por representantes da nossa Associação, do IGESPAR e do Ministério da Educação, e visariam identificar as casas que existam em cada território, colaborar na pesquisa da sua história, reconhecer na medida do possível as necessidades de recuperação, e finalmente colaborar com os proprietários e suas famílias na divulgação da sua história.

A Associação iniciou a investigação da existência e as condições de acesso a fundos comparticipados pela União Europeia (QREN), que possam ser usados para financiar este tipo de actividade, de maneira a poder retribuir a contribuição das escolas participantes.

Este associativismo, trabalho em rede e em regime de voluntariado terá de ser dinâmico e consequente, caso contrário, de nada adianta termos doado algumas horas para o voluntariado e simplesmente cessarmos toda e qualquer actividade nos anos vindouros ■

O voluntariado útil é um recurso que precisamos de potenciar

António Cortesão | APPACDM - Associação Portuguesa de Pais e Amigos do Cidadão Deficiente Mental de Lisboa

www.appacdm-lisboa.org

Já lá vão mais de trinta anos, por ocasião do nascimento de uma filha com deficiência intelectual, na busca de apoio para uma realidade para a qual ninguém está preparado, que me deparei com a existência de um movimento associativo, expressão da necessidade de muitos pais que como eu, não encontraram resposta adequada às necessidades especiais dos seus filhos. Desde então, tenho estado envolvido como voluntário, nesta forma organizada que emerge da sociedade civil e que procura satisfazer as necessidades específicas de grupos que não encontram resposta nos serviços de Estado nem na iniciativa privada lucrativa. A longa tradição associativa do nosso País, tem sido em muitos domínios um factor de desenvolvimento. Criou e organizou respostas no âmbito da educação, da saúde, da cultura, do lazer, do desporto e do acolhimento, dirigidas a pessoas ou mesmo populações que de outra forma não teriam acesso a direitos por todos nós reconhecidos.

Conhecer a realidade associativa Nacional e reflectir sobre o seu impacto na vida real do País, revela-nos as muitas fragilidades que a nossa sociedade ainda apresenta em garantir condições de vida digna em igualdade de oportunidades para todos, ao mesmo tempo que nos surpreende com a capacidade de organização da sociedade civil em contrariar essa realidade. Ao longo dos tempos, o Estado foi dando conta desta realidade e acabou por reconhecer que uma parte significativa dos serviços prestados por estas associações eram obrigação sua, abriu-se então um novo capítulo, a cooperação. A cooperação do Estado com o movimento associativo assenta no reconhecimento de que o trabalho desenvolvido é necessário, útil e competente, justificando uma participação financeira destinada a cobrir parcialmente os custos de funcionamento da actividade desenvolvida. Esta participação parcial fica substancialmente aquém dos custos de funcionamento que resultam das obrigações

impostas pelo Estado. Dependendo da actividade desenvolvida, a que melhor conheço é a que apoia pessoas com deficiência intelectual, o esforço que desenvolvemos para manter a nossa actividade é muito grande, daí a importância das parcerias desenvolvidas com entidades congénères e as empresas que cultivam o conceito de responsabilidade social. Todo o movimento associativo assenta no voluntariado, sem ele não existe, até porque a sua direcção e gestão é garantida por voluntários. O voluntariado útil é um recurso que precisamos potenciar, ele está na nossa origem e fará parte do nosso futuro. Hoje, as pessoas apoiadas pela associação a quem tenho dedicado uma parte significativa da minha vida, dependem do meu desempenho, da cooperação com o Estado, do seu contributo voluntário oferecendo as suas competências a uma causa, da responsabilidade social da sua empresa, todos juntos em rede, a promover o desenvolvimento da pessoa que de nós necessita ■



SINTA-SE EM CASA.

- BOLSA DE ARRENDAMENTO
- ESPAÇO SIL
OBRAS DE REabilitação / SOLUÇÕES INOVADORES
- PRÉMIOS
SIL DO IMOBILIÁRIO
- CICLO DE CONFERÊNCIAS
- O MAIOR LEILÃO IMOBILIÁRIO EM PORTUGAL



**SALÃO
IMOBILIÁRIO
DE PORTUGAL**

FIL 11\16 OUT/11

14h00 / 22h00

www.imobiliario.fil.pt

**EM SIMULTÂNEO
COM A INTERCASA**

ORGANIZAÇÃO



CO-ORGANIZAÇÃO



PATROCINADOR OFICIAL



DIÁRIO OFICIAL



SEMANÁRIO OFICIAL



PORTAL OFICIAL



APOIO



TRANSPORTADOR OFICIAL



Património Cultural e Associativismo

Francisco Sousa Lobo e Sofia Costa Macedo

www.amigosdoscastelos.org.pt

Partimos hoje de um princípio que o conhecimento e uso do Património Cultural, são assumidos como sendo um direito dos cidadãos, mas também todos os cidadãos são responsáveis pela sua salvaguarda e manutenção.



A responsabilidade pelos valores do património é assim partilhada com o conjunto global das sociedades, abrindo caminho para uma renovação nas políticas e práticas de intervenção e gestão do património. Estariam então criadas as condições para a implementação de uma filosofia em que a responsabilidade pelo património cultural seria partilhada pelas autoridades públicas e pelo sector não governamental, onde as associações teriam um papel importante.

Este princípio foi adoptado na União Europeia. De acordo com a Resolução do Conselho sobre uma Agenda Europeia para a Cultura “a interacção com e no interior das sociedades civis, tanto a nível nacional como europeu, é um importante elemento para conhecer as opiniões das partes interessadas no contexto de um exercício regular de informação”. Além deste aspecto, a agenda europeia salienta de várias formas a participação dos intervenientes não governamentais como condição de promoção de um maior conhecimento e entendimento. Assim, esta visão para o património cultural passa a basear-se numa política de estabelecimento de parcerias entre estes dois agentes, salientando a importância das instituições não governamentais na sua relação de proximidade com as populações.

A sociedade civil assume assim funções essenciais desempenhando tarefas no campo da mediação, do fornecimento de serviços, da divulgação, da educação, da promoção cultural, do “lobbying”, concertando-se com as

entidades governamentais, gestoras quer dos espólios, quer dos meios de financiamento.

Em Portugal, a análise do movimento associativo relacionado com o Património Cultural, não é uma tarefa simples. Em primeiro lugar tem sido um assunto algo à margem dos debates sobre património, embora estes tenham vindo a ganhar expressão no panorama da investigação em Portugal. O discurso mais enquadrado no âmbito da História da Arte ou da Arquitectura tem vindo a ser complementado por outro mais centrado em campos da esfera social como por exemplo a relação entre património e cidadania, património e identidade, património e turismo, património e economia, mas a informação sobre o associativismo patrimonial ainda é escassa e sobretudo pouco sistematizada.

Uma segunda questão relaciona-se com a classificação e identificação das estruturas associativas. Assistimos hoje à agregação das associações de defesa de património com as de ambiente, com objectos de estudo específicos por vezes muitos dispareus. Podemos referir a Confederação Portuguesa das Associações de Defesa do Ambiente que integra 110 ADA/ONGA (Associações de Defesa do Ambiente/ Organizações Não Governamentais de Ambiente) de âmbitos Nacional, Regional e Local e de grande diversidade temática que vai desde a conservação da Natureza, o ordenamento do território, o património construído, o ambiente urbano, os transportes alternativos, o bem-estar animal, a agricultura biológica, a educação

ambiental e actividades específicas como a espeleologia, o montanhismo, o escutismo e o cicloturismo.

Poderíamos ainda incluir o imenso espectro de associações de natureza sócio-cultural com enorme expressividade no país, e que, em grande parte também agem em prol do património, não sendo esse o seu objecto exclusivo.

Efectivamente o que deve ser ressalvado é o importantíssimo papel das associações de defesa de património, na história recente do país. Foram estas associações que, após a revolução de 1974, trouxeram o património para as “luzes da ribalta”. E do seu esforço que resultou um conjunto de medidas de valorização, salvaguarda e divulgação do património português, como por exemplo as iniciativas de classificação, os espaços de debate e troca de informações, as campanhas nacionais de divulgação. As associações de defesa de património, que viram o seu número crescer exponencialmente na década de 80, estavam na linha da frente e em consonância com o que se preconizava fora das fronteiras. É por exemplo, pela acção da APAI, que a Central Tejo foi preservada; ou ainda a acção da ASPA na defesa da cidade romana de Bracara Augusta, apenas para citar alguns exemplos.

Hoje o desafio é retomar esse papel de uma forma generalizada, fortalecendo a sociedade civil em Portugal. Há alguns aspectos que se afiguram importantes: de acordo com a Agência Portuguesa de Ambiente, em 2010, haveria um total de cerca de 190.000 associados repartidos

1 | Torre do Castelo de Penela.



“

Efectivamente o que deve ser ressalvado é o importantíssimo papel das associações de defesa de património, na história recente do país. Foram estas associações que, após a revolução de 1974, trouxeram o património para as “luzes da ribalta”.

”

por 116 ONG de âmbito ambiental (nas quais se incluem as associações de defesa de património), o que grosso modo diz respeito a 1,7% da população. Haveria ainda que repartir estes valores pelas associações de defesa de património para chegarmos à conclusão que, para promover as alterações que se pretende em relação ao papel da sociedade civil, há que cativar mais camadas da população. Parte da retoma desse papel passa também por uma mudança de atitude das entidades governamentais face ao papel das associações. É necessário que estas sejam ouvidas, à partida, sobre os assuntos de natureza patrimonial que influem directamente sobre as comunidades. Nos casos em que tal aconteceu, em que houve um diálogo prévio com discussão conjunta de soluções entre Estado e Associações, os resultados foram muito positivos.

A Fortaleza de São Sebastião em Castro Marim, a Fortaleza de Sagres, as muralhas de Cacela são exemplos em que a Associação Portuguesa dos Amigos dos Castelos estabeleceu diálogo com as entidades tutelares e fez aprovar projectos tendo em conta o interesse das comunidades e os valores patrimoniais em presença.

Uma última reflexão liga o associativismo (patrimonial) ao voluntariado. O Conselho de Ministros da União Europeia, declarou oficialmente 2011, Ano Europeu das Actividades Voluntárias que Promovam uma Cidadania Activa. Mais concisamente o ano Europeu do Voluntariado. Esta decisão vem no seguimento da



2 3

2 | Visita de estudo a Noudar.

3 | Visita de estudo a Lousã.

reflexão nesta área enquanto prioridade e objectivo político da Agenda Europeia. Para as instâncias europeias o voluntariado apresenta-se como um instrumento de ligação com os cidadãos e as suas necessidades, capaz de promover a criação de uma sociedade inclusiva, que ultrapasse discriminações e combatá a pobreza, permitindo que cada estado membro atinja patamares desejados de desenvolvimento económico. Os movimentos associativos em Portugal não se dissociam da realidade do voluntariado, constituindo mesmo uma mais-valia em termos de sociedade. Se olharmos para a ajuda social, o desporto

ou o folclore verificamos um grande dinamismo. Lembramos ainda que a grande maioria das associações, tem voluntários a ocupar os órgãos sociais, ou a desenvolver actividades. O caminho a seguir terá que ser definido um pouco por cada associação, dentro do seu âmbito de actuação e do seu objecto de estudo. Contudo teremos que pensar em caminhos em que as associações incluam na sua estrutura operativa, equipas de profissionais de forma a responder às exigências que são colocadas: recursos humanos especializados com formação adequada enquadrando de várias formas um voluntariado activo e participante ■

Explicar o Terceiro Sector

Cláudia Pedra | Managing Partner, Stone Soup Consulting

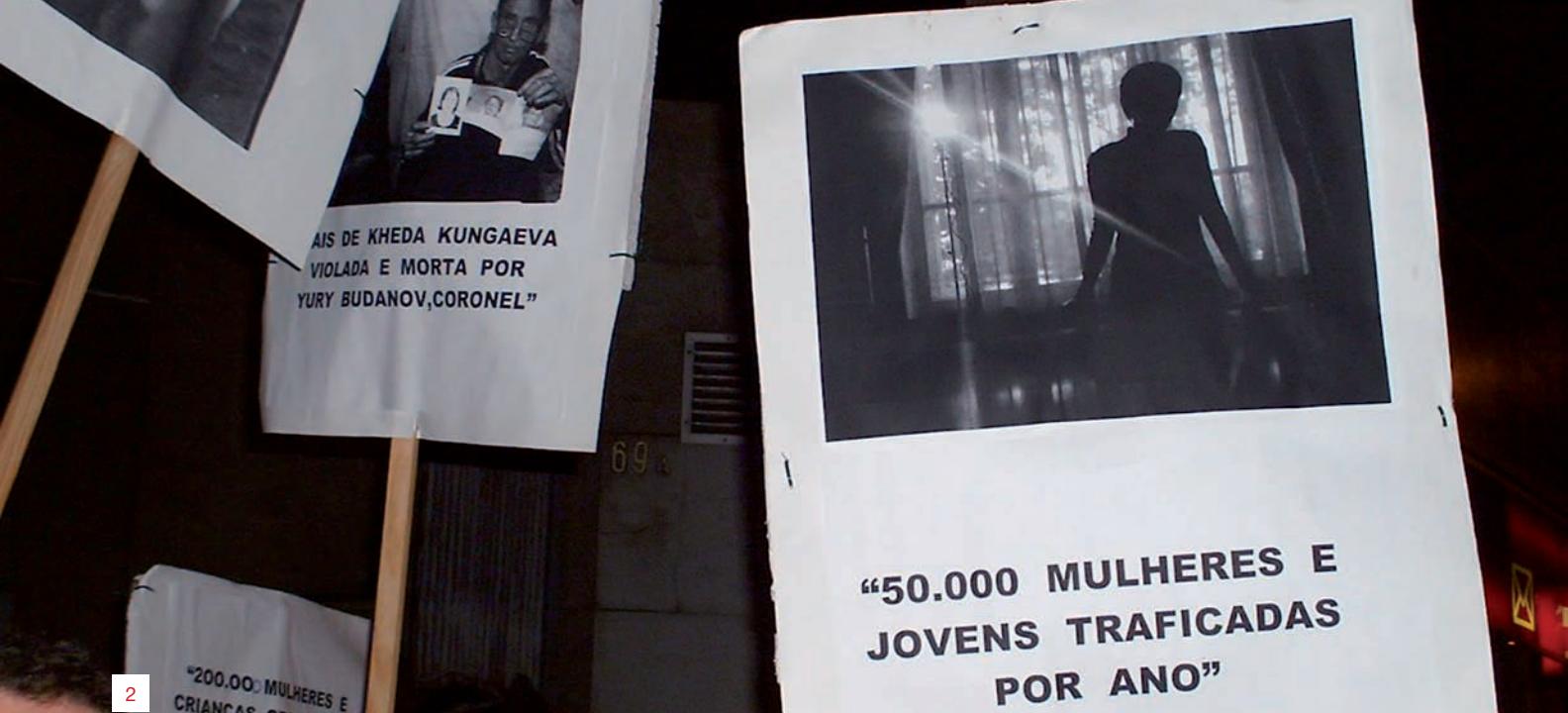
<http://stone-soup.net>

Falar do Terceiro Sector implica desde logo uma discussão sobre a terminologia – afinal o terceiro sector não é o primeiro, e termos como “economia social” não seriam mais correctos? Teóricos e estudiosos esgrimam argumentos e contrapontos. Como perceber um sector cujas organizações têm várias formas legais e vários tipos de estatuto?

Explícando o Terceiro Sector em Portugal não é fácil. As formas legais de Organizações do Terceiro Sector (OTS) em Portugal são as Associações, as Fundações, as Instituições de Desenvolvimento Local, as Misericórdias, os Museus, as Organizações Não Governamentais para o Desenvolvimento (ONGD), as Associações Mutualistas e as Cooperativas, estas por sua vez podem ter estatuto de Instituições Particulares de Solidariedade Social (IPSS), de Utilidade Pública e outros. Respondem a tutelas ministeriais diferentes, e não há uma lista compilada em nenhum órgão oficial de todas elas, nem bases de dados públicas onde possam ser consultados dados relevantes sobre os seus relatórios de actividades e contas. Pouco se sabe sobre as cerca de 30 mil OTS em Portugal. Mas serão 30 mil ou apenas duplicações de estatutos e formas, quando uma Fundação pode ser uma IPSS e uma Associação uma ONGD? Se olharmos para as tendências internacionais do sector vemos claramente que as apostas são na transparência e responsabilização (*accountability*) e numa comunicação dos impactos do seu trabalho. A criatividade, a inovação social e o empreendedorismo são os pontos fortes de qualquer organização que queira ter um posicionamento na sociedade e provocar a mudança social que todas as OTS devem preconizar. Fortes componentes de pensamento e planeamento estratégico para concretizar a sua visão e mecanismos de avaliação de impacto são cruciais para isso.



1 | Paulo de Carvalho na Gala do Conselho Português dos Refugiados, 20 de Junho de 2010.



No Terceiro Sector em Portugal nem sempre as boas práticas internacionais encontram porto seguro. O Terceiro Sector tem problemas identificados: dificuldades de comunicação interna e externa, ineficácia mecanismos de gestão, ausência ou ineficiência de planeamento, entre outros. Muitas não têm um plano estratégico, não têm mecanismos de avaliação de impacto, nem estratégias de comunicação, sustentabilidade financeira e planos departamentais. Não potenciam as suas capacidades criativas e de inovação, não exploram parcerias com largos benefícios, nem conhecem o conceito de negócio social. Têm poucos recursos humanos, poucos recursos materiais e poucos recursos financeiros. Têm também potencialidades identificadas: causas mobilizadoras, trabalho efectivo, apoio a populações marginalizadas, promoção de direitos e valores, capacidade de resposta a problemas identificados, mudança social, apenas para citar algumas. O que é um facto é que essas organizações ajudam a minimizar os danos de desastres ambientais, previnem discriminações em locais de emprego, reabilitam o património, promovem o respeito pelas culturas e povos, apoiam vítimas de vária ordem, incluem socialmente indivíduos com deficiências ou incapacidades, denunciam situações de abuso e negligência, promovem ideias inovadoras e mudanças legislativas. Estas organizações apoiam milhares de pessoas directamente e milhões indirectamente. Estima-se que empreguem mais de 4% da população portuguesa, numa altura em que as taxas de desemprego continuam elevadas.

“

A criatividade, a inovação social e o empreendedorismo são pontos fortes de qualquer organização que queira ter um posicionamento na sociedade...

”

“50.000 MULHERES E JOVENS TRAFICADAS POR ANO”

No Ano Europeu do Voluntariado talvez seja de considerar como este precioso recurso poderá ajudar o Terceiro Sector. Na verdade, o voluntariado desempenha um papel crucial para as OTS, não só em complemento dos, muitas vezes, escassos colaboradores remunerados, mas também pelo valor que acrescenta às organizações. O trabalho voluntário dinamiza e estimula a participação dos associados e outros stakeholders na vida da organização – um papel importantíssimo – e dá um contributo específico (por vezes técnico) para resolver uma determinada necessidade. Ainda que o trabalho voluntário seja condicionado pelas horas e dias disponíveis de quem o faz. E embora o voluntariado seja, por princípio, responsável e comprometido, por factores diversos, alguns alheios à sua vontade, os voluntários podem ver-se impedidos de continuar a colaborar com a organização. Basta uma mudança de emprego ou de residência.

Para as organizações isto representa um constante investimento no enquadramento e formação de novos recursos humanos e a delegação forçada das tarefas incumpridas, sobrecregendo os colaboradores ou dirigentes (muitas vezes também voluntários). Assim importa estabelecer desde logo que os profissionais e os voluntários podem e devem complementar-se. Só com essa complementaridade se pode encontrar uma verdadeira sustentabilidade de longo prazo para a organização. Afinal os talentos das organizações são quem as faz crescer e desenvolver.

2 | Manifestação da Amnistia Internacional Portugal sobre a violência sobre as mulheres na Rússia.



3 | Encontro de ONGs de Direitos Humanos na Comissão de Direitos Humanos das Nações Unidas em Genebra, 2003

3

É por isso crucial que se invista na capacitação desses profissionais e voluntários e, por inerência, da própria organização.

Uma OTS mais eficiente e eficaz chega a mais beneficiários, ajuda mais pessoas, resolve mais problemas, produz maior mudança social. Promovendo o desenvolvimento desses talentos promovemos o desenvolvimento das organizações e da sociedade. Por isso desenvolver capacidades como a liderança e o empreendedorismo, a inovação e a criatividade, a comunicação e a gestão serão essenciais, não só para o Terceiro Sector em Portugal acompanhar as tendências internacionais, mas acima de tudo para ser uma verdadeira economia social.

Felizmente há em Portugal muitos e bons exemplos. Organizações que apostam na promoção dessas capacidades e pessoas que se assumem como verdadeiros empreendedores sociais, buscando soluções reais para os problemas sociais mais prementes. Promovendo a mobilização social, o desenvolvimento económico, a protecção do ambiente, a saúde, os direitos humanos e a educação, ou todas transversalmente, esses homens e mulheres extraordinários

“

No Ano Europeu do Voluntariado talvez seja de considerar como este precioso recurso poderá ajudar o Terceiro Sector. Na verdade, o voluntariado desempenha um papel crucial para as OTS, não só em complemento dos, muitas vezes, escassos colaboradores remunerados, mas também pelo valor que acrescenta às organizações.

”

têm ideias que desafiam as metodologias tradicionais e investem, de maneira inovadora, em novas estratégias com potencial de mudança efectiva no longo prazo.

Não é preciso partirem da sociedade civil organizada nem serem de OTS com grande perfil público. Estão no interior e no litoral, no norte e no sul, têm idades e géneros diferentes. Têm ideias por vezes tão simples, que pela sua simplicidade a ninguém tinha ocorrido. Explicar o Terceiro Sector também não é simples, excepto quando se comunica os resultados e impactos de uma organização. Não é difícil perceber como ter dentes saudáveis ajuda a conseguir um emprego, ou como criar um negócio comunitário previne a desertificação do interior, e até como praticar desporto não só promove ideias de vida saudável mas a superação de problemas e obstáculos.

É preciso analisarmos e compilarmos os números, mas acima de tudo as histórias e os impactos. Perceber que uma prótese dada a um menino pode significar mais do que voltar a ter uma perna. Pode significar andar de bicicleta, viver de forma autónoma, voltar a ser uma criança que corre e brinca. Tudo isso fazem as OTS. Agora já será mais perceptível? ■



Voluntariado

João Rosa Carreira | Provedor da Santa Casa da Misericórdia de Alcobaça

“ Ninguém é tão pobre que não possa dar, nem tão rico que não possa receber. ”

O elemento que distingue o voluntariado é a gratuidade e esse pormenor é distintivo na sua história milenar.

A falar de voluntariado, surge associado o conceito de gratuidade, que se desdobra em duas vertentes: uma exterior e outra interior: a exterior consiste no facto de o voluntário não auferir remuneração; a interior consiste na decisão livre de não auferir. No entanto, o voluntariado em Portugal carece de uma estruturação profunda e as Misericórdias são um exemplo que deve ser seguido em muitas outras organizações.

A união das sinergias entre organismos sem fins lucrativos, principalmente nesta área do Património, é um elemento importantíssimo para que o nosso país progride. Com o limitar de recursos do Estado para apoio a estas áreas sociais, as Misericórdias irão ter, no futuro próximo, um papel fundamental na salvaguarda das condições essenciais para as populações mais desfavorecidas.

Os portugueses demonstraram ao longo de séculos que, quando é necessário, são solidários e têm uma capacidade inesgotável de arranjar soluções, mesmo sem grandes recursos financeiros.

A Santa Casa da Misericórdia de Alcobaça tem desempenhado este papel de apoio e proximidade junto da população, contribuindo também para a empregabilidade e desenvolvimento da região onde se insere.

Neste ano europeu do voluntariado, a união de esforços que o GECoRPA – Grémio das empresas de conservação e restauro do património arquitectónico – propõe é um passo de gigante para elevar o ânimo dos portugueses e fomentar a aposta neste tipo de parcerias que, espera-se, resultem em projectos de intervenção e na concretização de acções que promovam um desenvolvimento efectivo e de qualidade destas áreas ■

Santa Casa da Misericórdia de Alcobaça.





Associação Cultural Moinho da Juventude

Sinergias e Redes

www.moinhodajuventude.pt

“Fui eu que o construí” diz o Luís, com muito orgulho, apontando para o Espaço Jovem do Moinho da Juventude. Tó Pinto, mestre-de-obras, lembra-se como, em meados dos anos ’90, o Luís “baldava-se” repetidas vezes nas sessões de formação que orientava no Moinho.

1 | Mural à entrada do Bairro da Cova da Moura, Amadora.
Martin Luther King - “Eu Tenho um sonho”.
Artwork | Tazy.

Era um projecto onde 7 animadores participavam numa formação em contexto de trabalho, acompanhando cada um, o processo de desenvolvimento de dois jovens “pombos correio” de 14 - 15 anos, instrumentalizados por adultos para entregar de bicicleta os “pacotinhos de droga” nos arredores da Cova da Moura. Em 2006, 10 anos mais tarde, uma antropóloga entrevistou os jovens “pombos”, entretanto adultos, que participavam neste curso: foi impressionante como este curso ainda para muitos, com caminhadas complicadas, significou uma luz – para alguns “a única” - na sua vida. Possibilitaram avanços na vida profissional e produzem um sorriso profundo ao lembrar.

“

Não obstante todos estes esforços para estabelecer laços e promover a sinergia, constatamos que a espiral da violência pode subir rapidamente. O fosso entre decisores e quem tem o poder é demasiado grande.”

”



A opção para a construção do Espaço Jovem, em conjunto com os animadores e os jovens, baseou-se numa reflexão sobre metodologias das aprendizagens (formalização de conhecimentos informais) e põe em prática a Teoria de Interligação que constitui o fundamento do trabalho do Moinho da Juventude.

A teoria de interligação é alicerçada numa filosofia ampla. Anouk Depuydt elaborou-a no seu doutoramento¹ “Re-ligar” como resposta à “de-linq-uência”²: um ponto de partida para uma criminologia com ética, com uma abordagem sistémica e ecológica. No Moinho optamos por reforçar as 5 ligações que são essenciais para todos nós e que significam, por isso mesmo, a prevenção fundamental da delinquência: a ligação com o próprio corpo e as emoções; a ligação com a cultura de origem (as nossas raízes); a ligação com a cultura dos outros; a ligação com os objectos, os equipamentos; a ligação com a natureza e o ciclo de vida. Concretizamos este reforço dos laços nas valências do Moinho em conjunto com os pais, vizinhos e moradores: Trabalhamos a caixa de emoções e a capacidade de exprimir o medo, a alegria, a tristeza, a raiva.

Desde a creche são utilizadas as técnicas da massagem shantala. As sessões de ginástica, atletismo, basquete e dança promovem o bem-estar com o próprio corpo e o encontro com outros grupos de crianças/jovens e adultos. As crianças da creche levam sementes para a horta, onde cresce uma oliveira, um dragoeiro, feijão Congo, hortelã e outras tantas ervas aromáticas, flores, hortaliças, árvores. Fazem, em conjunto com os colaboradores, doce com os figos do quintal. Vão percebendo as estações, vão observando o ciclo de vida do bicho de seda, vão reflectindo sobre a vida e a morte. O batuque Finka Pé e o Kola San Jon, expressões culturais proibidas no tempo colonial, conquistaram Carlos Saura³, seduziram Rui Simões a fazer um documentário⁴, procuraram uma harmonia com o Tenchi Tessen (a arte do leque), no Dojo de Georges Stobbaerts e atam laços onde menos se espera.

Intercâmbios, as visitas SABURA⁵, festas e encontros proporcionam o encontro com outras culturas europeias e outros mundos. Residências, no nosso estúdio, de grupos Hip Hop de subúrbios de Lisboa produziram um CD com bastante qualidade. Realizou-se

1. ‘Re-ligare’ als antwoord op ‘de-linquentie’. Een aanzet tot een ethische, contextuele en ecologische criminologie. Anouk Depuydt, Proefschrift ingediend tot het behalen van de graad van doctor in de criminologische wetenschappen, 2005.

2. De-linq-uência: falta de “link”, falta de ligação.

3. Filme “Fados” de Carlos Saura, com a participação de 60 pessoas do Kola San Jon do Moinho da Juventude.

4. “Kola San Jon”, filme de Rui Simões, produtor da Real Ficção, ante-estreia 25 de Junho 2011.

“

**...foi impressionante como
este curso ainda para
muitos, com caminhadas
complicadas, significou uma
luz – para alguns “a única”
- na sua vida.**

”

um encontro com um grupo de jovens de Toulouse e de Liège. Na avaliação surgiram bastantes pontos positivos, mas igualmente falhas no trabalho.

Colaborámos com a Trienal de Arquitectura. Acompanhámos grupos de finalistas de arquitectura do Norte, Centro e Sul de Portugal. Os seniores do bairro sentiram orgulho em explicar aos arquitectos, no Museu da Electricidade, como traçaram as ruas, como fizeram as lajes, num “djunta mo”⁶.

Os jovens do “Bem Passa Ku Nos” visitaram a exposição e gostaram imenso: não conheciam o Museu da Electricidade, percorreram a história da nossa energia, apreciaram com muito interesse as maquetas do seu bairro. Não obstante todos estes esforços para estabelecer laços e promover a sinergia, constatamos que a espiral da violência pode subir rapidamente. O fosso entre decisores e quem tem o poder é demasiado grande.

Consciente do abismo que existe na sociedade e no crescimento do mesmo, apostamos no trabalho em tandem⁷ das pessoas que tiveram oportunidade de estudar a nível do ensino superior e das pessoas que viveram a experiência de pobreza/migração. A reflexão sobre a história de vida pessoal, o alargamento desta reflexão ao nível do grupo e a sua contextualização na sociedade, abrem os olhos para uma Cidadania Participativa. Desde os anos 80 que apostamos nesta sinergia para criar novos/outros níveis de encontro e procura. É um movimento que está a fervilhar nos Países Baixos, na Alemanha, na Bélgica, na Bulgária. Trabalhamos com 7 parceiros europeus, em conjunto, no Projecto Leonardo “The Missing Link”⁸.

A Associação Moinho da Juventude faz parte da Comissão de Bairro, colaborou na redacção e subscreveu os documentos da Comissão de Bairro. Enviamos, como Comissão de Bairro, em 20/01/2011 um e-mail à Câmara Municipal de Amadora, que continua sem resposta...

Os técnicos do consórcio Vasco da Cunha/TIS estão a planear o Plano de Pormenor para a Cova da Moura desde 25 de Outubro de 2010. Nestes sete meses e meio apresentaram um levantamento muito incompleto dos equipamentos existentes no bairro; quiseram iniciar um estudo sócio económico dos moradores da Cova da Moura, sem pedir licença à Comissão de Protecção de Dados; apresentaram uma proposta para a demolição de 61% das construções; estão a exceder todos os prazos que apresentaram, quando a duração mais curta foi o elemento decisivo para ganharem o concurso internacional.

Como moradores estamos muito preocupados com esta situação. A Comissão de Bairro apostou no consórcio criado pela Faculdade de Arquitectura da Universidade Técnica de Lisboa, que com a sua experiência e conhecimento do bairro, poderia ter feito um Plano de Pormenor envolvendo os moradores no processo.

Pretendemos a qualificação do nosso bairro e nisto, apostamos em conjunto com as outras associações da Cova da Moura. Convidamos-vos a visitar o nosso bairro para descobrir a alma, o djunta mo, a vida destes moradores.

Para o receber, está aí, na entrada do nosso bairro, o Martin Luther King “eu tenho um sonho” ■



6. Djunta Mo: juntar as mãos. As famílias e vizinhos juntavam-se aos fins-de-semana para fazer as lajes das casas. Era trabalho árduo, combinado com festa e música.

7. Tandem: bicicleta com 2 lugares.

A diferença entre o possível e o impossível está na vontade das pessoas

Este ano comemora-se o Ano Europeu do Voluntariado, um evento que une milhões de voluntários europeus que, nos tempos livres, trabalham de forma gratuita nas suas comunidades, em escolas, hospitais e clubes desportivos ou em actividades de protecção do ambiente, prestação de serviços sociais e apoio às populações de outros países.

É com o esforço e a dedicação dos 94 milhões de voluntários e das várias organizações espalhadas pelo mundo, que fazem de muitas formas, uma enorme diferença na vida de tantas pessoas. O Ano Europeu do Voluntariado de 2011 é também um desafio para os três quartos da população europeia que não participa em qualquer actividade de voluntariado. Assim entre os objectivos deste ano enumeram-se quatro principais; reduzir os obstáculos ao voluntariado na UE; promover e capacitar as organizações de voluntários e melhorar a qualidade do voluntariado; reconhecer o trabalho voluntário e sensibilizar as pessoas para o valor e a importância do voluntariado.

Para atingir estes objectivos, a Comissão incentivará o intercâmbio de boas práticas entre as autoridades dos Estados-Membros e as organizações de voluntários. Irá dar-se especial atenção à formação de

voluntários, à acreditação e à garantia de qualidade e ao ajustamento eficaz e eficiente entre os voluntários potenciais e as oportunidades de colaboração. A Comissão irá incentivar novas iniciativas de redes à escala europeia, para estimular os intercâmbios transfronteiriços e as sinergias entre organizações de voluntários e outros sectores, nomeadamente as empresas. Centenas de actividades e projectos estão a ser promovidos ao longo do Ano do Voluntariado em toda a EU e, em particular em Portugal.

Em Portugal, existe um Organismo Coordenador – o Conselho Nacional para Promoção do Voluntariado - CNPV, presidido por Elza Chambel; e uma Comissão Nacional de Acompanhamento do AEV, que reúne mais de 50 entidades de diversos quadrantes e presidida pela jornalista Fernanda Freitas ■

Mais informações:

Sítio oficial:

www.europa.eu/volunteering

Sítio AEV- Portugal:

<http://europa.eu/volunteering/en/mycountry/21>

Elza Chambel

Presidente do CNPV
Organismo Coordenador Nacional
elza.m.chambel@seg-social.pt

Fernanda Freitas

Presidente Nacional
do Ano Europeu do Voluntariado
fernanda.l.freitas@seg-social.pt



Fernanda Freitas,

Nasceu a 21 de Setembro de 1972, jornalista há mais de 10 anos, apresentou vários programas na televisão, "Outras Margens - RTP2", "Às duas por três - SIC" e mais recentemente na RTP2 com programa "Sociedade Civil". Mulher de muitas causas humanitárias, publicou o livro "SEM MEDO MARIA" onde analisa e descreve testemunhos de mulheres que sofreram com a violência doméstica.

Em 2011 agarrou o desafio de promover uma cidadania efectivamente activa, contrariando a fraca tradição do país nesta matéria. É com lema "Quem quer fazer arranja maneira, quem não quer arranja desculpas", que Fernanda Freitas tem desenvolvido o seu trabalho como presidente do Ano Europeu do Voluntariado.



A Importância das Associações na sociedade de consumo

Jorge Morgado | Secretário Geral da DECO

www.deco.pt

As associações têm um papel cada vez mais activo junto do poder político e das empresas, são no fundo, a voz de milhares de pessoas na representação dos seus interesses e na defesa dos seus direitos.

A DECO é claramente a associação com maior expressão a nível nacional, actuando nas diversas áreas do nosso tecido social.

Em entrevista, Jorge Morgado, Secretário-Geral, revela a crescente importância das associações numa sociedade pouco informada.

Encontra-se à frente da DECO desde 1991. Sendo a sua tarefa quase interminável, considera que está tudo feito?

Posso sintetizar isto em duas frases. Já fizemos muita coisa. Enquanto consumidores já conseguimos muita coisa, mas por outro lado, falta ainda fazer tudo. Temos dos melhores edifícios legislativos em termos da protecção do consumidor, temos uma legislação mais moderna do que outros países. A grande questão é que essa legislação, muitas vezes não é conhecida pelos consumidores, não é conhecida pelas empresas, é desrespeitada e a fiscalidade funciona mal.

Problema que se agrava com o mau funcionamento dos Tribunais. São estas circunstâncias que favorecem a existência de muitos problemas, que não deveriam existir, a legislação de uma maneira geral é boa. Falta fazer tudo, porque? Esta realidade é muito dinâmica, e ao longo destes 20 anos complexificou-se muito a defesa do consumidor, a sociedade de consumo. Hoje temos problemas de segurança alimentar que não tínhamos há 20 anos atrás.



Nestes 20 anos surgiram os nitrofuranos, o problema das “vacas loucas”, ou seja, nestes 20 anos afastámo-nos imenso da matéria-prima original. Daí a necessidade de legislar e fiscalizar, para dar direitos e deveres aos consumidores nesta matéria. Necessitamos de uma ASAE que funcione, porque é ela que tem a capacidade laboratorial para fazer essa fiscalização. E isto é válido para todas as áreas em que actuamos.

Antigamente as pessoas tinham muito menos necessidade de relacionar-se com a banca, com as sociedades financeiras, com os seguros, do que têm hoje. Com o progresso este processo complexificou-se bastante, exigindo por um lado, que os consumidores sejam pessoas que, cada vez mais procuram a informação.

Se querem poder tirar partido das vantagens e sonegar as desvantagens desta sociedade de consumo têm de estar informados e, para isso, têm de procurar a informação. As associações de consumidores tornaram-se importante e necessárias, são elas que têm a capacidade de estudar assuntos complexos, de fazer testes comparativos, de pressionar a Administração Pública para que exerça as suas competências. Em estreita colaboração com a DECO, que tem a possibilidade de passar informação para os consumidores. Agora, também é exigível a esses consumidores que procurem a informação. É uma das obrigações do consumidor.

Segundo Jorge Morgado existe alguma preocupação da parte da DECO e destas associações, no sentido de que os jovens percebam que o acesso à informação é um direito que têm mas que, é também um dever seu apoiar este tipo de associações. Mobilizar os jovens para o Associativismo, seja ele qual for, em termos de defesa do consumidor é muito importante, uma vez que são pessoas bastante informadas por estarem muito expostos à publicidade.

Actualmente, mediante a situação em que se encontra o país, o que falta conseguir?

Falta que as pessoas sejam consumidores mais conscientes a nível dos produtos financeiros. O que é que eu quero dizer com isto? Muitos de nós temos já determinados comportamentos relativamente a outro tipo de produtos, quando compramos um produto alimentar já reparamos se está dentro do prazo de validade, já temos a preocupação de confrontar rótulos, quando

compramos um automóvel, já fazemos comparação de preços e de características. Quando passamos para os produtos financeiros, que pode ser um simples crédito à habitação muitas vezes não fazemos isto. De um modo geral, nesta área as pessoas acreditam na fidelização.

Os consumidores não devem ir a um só banco, devem confrontar o mercado, devem ter uma atitude bastante mais esclarecida e bastante mais exigente. Se formos mais exigentes relativamente aos produtos que são apresentados através da banca e das sociedades financeiras, se exigirmos mais informação, estamos automaticamente a exigir mais qualidade na prestação de serviços por parte dessas entidades. Eu pergunto, será que todos nós sabemos todas as condições, quando utilizamos o cartão de crédito, quando fazemos créditos ao consumo, quando tratamos do nosso crédito à habitação? Quanto estamos a pagar de juros em cada momento? Sabemos qual é a nossa TAEG? Sabemos qual é o Spread que estamos a pagar?

Se estivermos a par desta realidade conseguimos defender a vida económica das nossas famílias. Nós sentimos que os Portugueses têm uma relação difícil, uma relação pouco informada com a banca, com os seguros, com os produtos financeiros e isso leva muitas vezes a tomada de decisões erradas.

“

Se formos mais exigentes relativamente aos produtos que são apresentados através da banca e das sociedades financeiras, se exigirmos mais informação, estamos automaticamente a exigir mais qualidade na prestação de serviços dessas entidades.”

”

O Secretário-geral da DECO informou-nos ainda que, neste momento, e em conjunto com a Santa Casa da Misericórdia de Lisboa, existem as “Brigadas Gerir e Poupar” que andam pelo País a pedido de várias entidades locais, sejam Juntas de Freguesia, sejam Câmaras Municipais ou até colectividades, que tentam combater a chamada “iliteracia financeira”. O que se pretende com esta iniciativa é passar a informação para as comunidades, para as pessoas e, principalmente para os jovens em idade escolar, fazendo sessões em salas, ensinando a fazer um orçamento familiar, a terem critérios de consumo mais sustentáveis para a sua realidade económica.

A DECO conta com algum trabalho de voluntariado?

Nós temos trabalho assegurado por voluntários e esse trabalho é fundamentalmente relacionado com a Direcção, ou seja, a Direcção da Deco, excepto eu, é uma Direcção completamente voluntária, quer a nível nacional quer a nível das delegações regionais.

Temos também grupos de associados que nos ajudam, que funcionam como equipas de reflexão sobre temas actuais. Temos agora, por exemplo, uma série de equipas a funcionar a propósito da Troika, que fazem a análise do impacto das suas medidas na economia nacional. Do ponto de vista da Deco não estamos muito organizados para o trabalho voluntário dos associados ou dos consumidores. No entanto apreciamos muito a capacidade que os consumidores têm de nos fazer chegar informações e aí é um trabalho voluntário, um trabalho de militância. Nós todos os dias recebemos milhares de comunicações (telefonemas, cartas, e-mails), que nos põe a par das notícias de situações ou conflitos que tiveram, e que pedem para ser resolvidos. Tudo isto é fundamental no trabalho regular que nós fazemos junto do poder político, junto do poder económico no sentido de alterar comportamentos, melhorar a legislação, aumentar os direitos dos consumidores e, confrontar as empresas. É partindo deste trabalho dos consumidores que muitas das causas são ganhas ■

Casa do Passal Património em Risco

www.aristidesdesousamendes.web.pt

A Fundação Aristides de Sousa Mendes em colaboração com o Gecorpa – Grémio do Património, comemorou no passado dia 19 de Julho na Torre do Tombo, o nascimento do ex-cônsul com o mesmo nome.



O objectivo desta iniciativa é conseguir o apoio financeiro para começar as obras de reabilitação da casa onde viveu Aristides de Sousa Mendes, classificada como monumento nacional em 2005 e adquirida pela fundação em 2000. O que é pretendido pela Fundação e pelo Gecorpa é chamar a atenção para o estado de ruína em que a casa se encontra e angariar ajudas e juntar sinergias em nome da recuperação do Património. Nesta sessão foi apresentada uma moção pela reconstrução da Casa do Passal, que será entregue junto do IGESPAR e da Direcção Regional de Cultura do Centro (Ver caixa). A moção foi aprovada por unanimidade por algumas dezenas de pessoas presentes no auditório, entre as quais Maria Barroso e Vítor Norte, que interpreta o papel do diplomata no filme de Francisco Manso. As obras de reconstrução da casa de Aristides Sousa Mendes estão orçadas em 2 milhões de euros, no total, sendo que as de carácter mais urgente deverão situar-se entre os 130 e 150 mil euros.

1 | Aristides de Sousa Mendes, 1885-1954.

2 | Sessão Comemorativa do Aniversário do Nascimento de Aristides de Sousa Mendes, Torre do Tombo, Lisboa.



2

Moção

Os representantes da Fundação Aristides de Sousa Mendes e do GECoRPA – Grémio do Património, promotores da sessão comemorativa do nascimento de Aristides de Sousa Mendes, bem como os cidadãos presentes:

01

Tendo conhecimento do estado de degradação da “Casa do Passal”, em Cabanas de Viriato, onde nasceu Aristides de Sousa Mendes, e do risco de ruína iminente em que o referido edifício se encontra;

02

Tendo em conta a recente publicação do Decreto-Lei que classifica o edifício como monumento nacional;

03

Tendo em conta as competências atribuídas por Lei ao IGESPAR, I.P., e às Direcções Regionais da Cultura, neste caso, à Direcção Regional de Cultura do Centro, chamam a atenção destas entidades para a necessidade de uma intervenção urgente que permita travar o processo de degradação da Casa do Passal e prevenir a sua ruína, de modo a possibilitar a sua futura valorização enquanto local evocativo de Aristides Sousa Mendes e do seu generoso gesto.

Lisboa,
Auditório da Torre do Tombo,
19 de Julho de 2011

A CASA

A Casa do Passal foi construída no século XIX na Quinta de São Cristóvão em Cabanas de Viriato e herdada por Angelina de Sousa Mendes. Nos anos vinte foi reconstruída e aumentada pelo casal, para acolher a sua numerosa família de 14 filhos. Trata-se de grande um edifício em alvenaria e madeira, com mais de 1.000m² em 3 pisos. Assim como a maioria da arquitectura deste século assistiu uma série de crises estéticas que se traduzem nos movimentos chamados revivalistas, os arquitectos do período viam na cópia da arquitectura do passado uma linguagem estética legítima de ser trabalhada.

O Estudo Prévio de Arquitectura para a reabilitação da Casa do Passal executado encontra-se disponível no portal da Fundação Aristides de Sousa Mendes. O documento, preparado e apresentado em Junho 2007, é um “esboço de solução” de recuperação da Casa para a criação de um Museu e Centro de Memória, sujeito à aceitação do Conselho de Administração da Fundação Aristides de Sousa Mendes. O projecto da reabilitação da casa e da criação do Museu Sousa Mendes é um trabalho complexo de grande envergadura, exigindo uma grande angariação de fundos de mecenas e outras fontes de financiamento com uma gestão de projecto rigorosa e profissionalizada. A Fundação é administrada por Álvaro de Sousa Mendes, António de Sousa Mendes, Luis Fidalgo, José Miguel Duarte e pelo Presidente da Câmara de Carregal do Sal.

A classificação como Monumento Nacional

Num processo iniciado em 2005, a Casa do Passal localizada na Quinta de São Cristóvão, na freguesia de Cabanas de Viriato, concelho de Carregal do Sal foi classificada como Monumento Nacional, conforme o Decreto n.º 16/2011 de 25 de Maio, publicado no Diário da República, 1.ª série — N.º 101 — 25 de Maio de 2011.

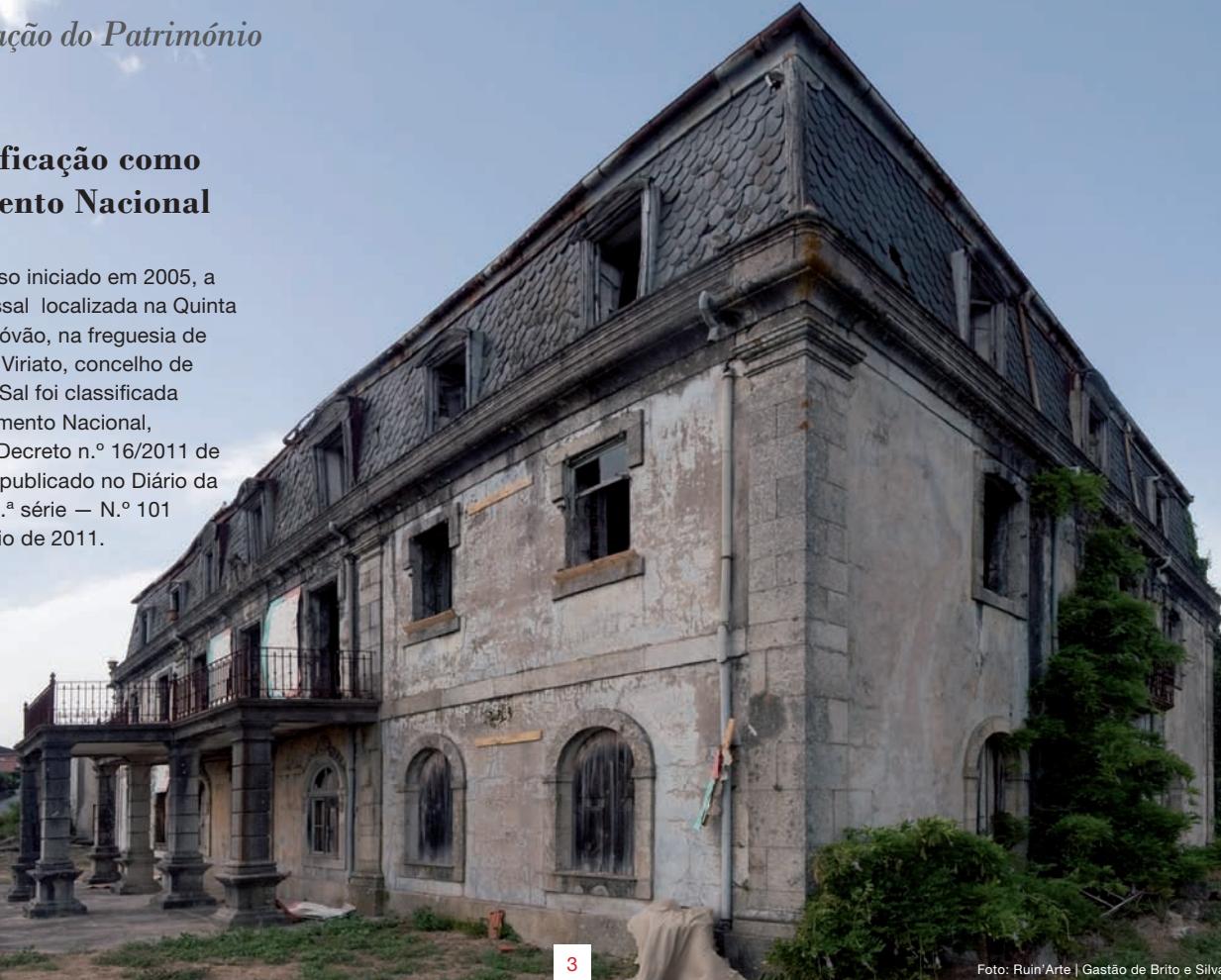


Foto: Ruin'Arté | Gastão de Brito e Silva

O Cônsul de Bordéus – O filme

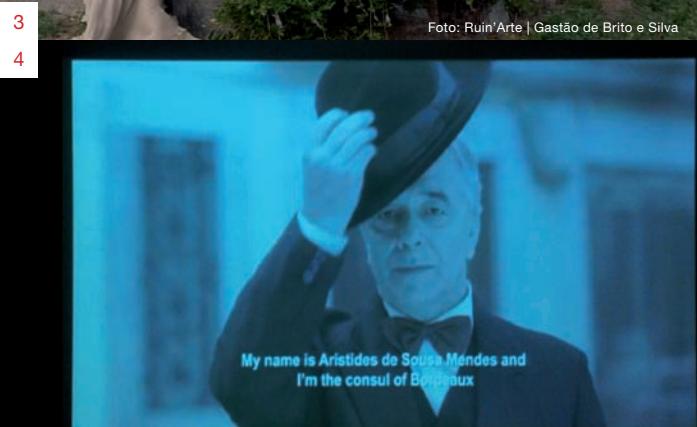
O Cônsul de Bordéus é o nome da longa-metragem, realizada por Francisco Manso e João Correia. Este filme dramático relata a história de Aristides de Sousa Mendes, um homem que lutou contra o regime de Salazar, defendendo a liberdade, a justiça e os direitos humanos. Morreu em 1954, nas mesmas condições em que se encontra hoje a Casa do Passal, abandonada e sem recursos.

“O Cônsul de Bordéus” é protagonizado por Vítor Norte, que faz o papel de Aristides de Sousa Mendes, um diplomata português que, à revelia de Oliveira Salazar, atribuiu cerca de trinta mil vistos a refugiados perseguidos pelo regime nazi em 1940.

Vítor Norte em entrevista ao jornal Público afirmou, que “vestir a pele” de uma personagem real “é uma responsabilidade acrescida”, “Foi um salvador, uma pessoa que sacrificou a sua própria vida para salvar muita gente. É sempre um orgulho encarnar uma personagem destas, com um grande peso na História”, referiu o actor principal do filme.

3| Casa do Passal, Cabanas de Viriato.

4| Vítor Norte no filme “O Cônsul de Bordéus”



CONCRETA

FEIRA INTERNACIONAL DE CONSTRUÇÃO
E OBRAS PÚBLICAS
www.concreta.exponor.pt

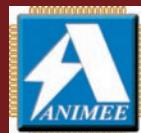
UFI
Approved Event

Em simultâneo com

ENDIEL

17º Encontro para o Desenvolvimento
do Sector Eléctrico e Electrónico

Uma organização conjunta com



Associação Portuguesa
das Empresas do Sector
Eléctrico e Electrónico

18•22
OUTUBRO
2011

Só para profissionais. Entrada interdita a menores de 14 anos.

EXPONOR
FEIRA INTERNACIONAL DO PORTO



Avenida Dr. António Macedo | Leça da Palmeira · 4454-515 Matosinhos · tel: 808 30 14 00 | fax: 229 981 482
info@exponor.pt | www.exponor.pt | LISBOA: info.lisboa@exponor.pt | LEIRIA: info.leiria@exponor.pt

TRANSPORTADOR
OFICIAL



AEP



APOIOS



REVISTA OFICIAL



MEDIA PARTNERS GOLD



MEDIA PARTNERS



MEDIA PARTNERS



o electricista



PROGRAMA
AEP
OPTIONS

Peça já o seu cartão www.aeptions.com



Companhia de Lanifícios da Chemina

Alexandra de Carvalho Antunes | Professora; Doutora em Arquitectura

apc.antunes@clix.pt

Abraham Araújo | Arquitecto

abrahamaraujo@sapo.pt



O reconhecimento do valor do Património Industrial não tem, no nosso país, mais de três décadas. Trata-se de um Património considerado menor, de matriz funcional e relacionado com o labor de classes pouco privilegiadas. O seu estudo e valorização, favorecendo a salvaguarda e reconversão destes espaços de características e potencialidades únicas, mantêm vivas as memórias de gerações.

O imponente edifício da centenária Companhia de Lanifícios da Chemina ocupa um lugar sobranceiro sobre a vila de Alenquer, nos terrenos da antiga Quinta da Chemina, junto ao rio de Alenquer.

A Companhia, fundada por uma sociedade em comandita no ano de 1889, resultou dos esforços dos irmãos empreendedores José Joaquim dos Santos Guerra e Salomão dos Santos Guerra. Ambos foram gerentes da fábrica e membros dos órgãos sociais da Caixa Económica Operária ALENQUERENSE. Durante cerca de um século, entre 1890 e 1993, apesar de alguns interregnos, deu trabalho a muitos dos filhos da terra.

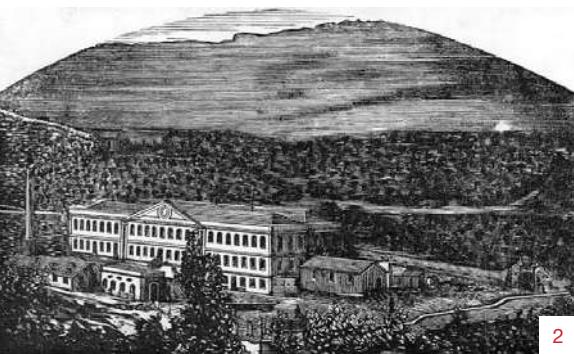
No seu pico de laboração, em 1934, chegou a empregar 235 operários.

O projecto do edifício inicial (**Fig. 2**) é da autoria do arquitecto José Juvêncio da Silva - que em 1886 havia projectado, também, os Paços do Concelho de Alenquer.

A construção da fábrica foi muito rápida, iniciou-se a 8 de Abril de 1889 e em Junho do ano seguinte foi inaugurada e começou a produzir.

A Fábrica da Chemina era uma das mais conceituadas fábricas de lanifícios portuguesas. Ao contrário das restantes fábricas alenquerenses, que dependiam da força motriz da água, a Chemina usava, à data da sua fundação, o vapor. A caldeira, de fabrico português, fazia trabalhar toda a maquinaria de origem francesa, alemã, belga e inglesa.

1 | Antiga Fábrica da Companhia de Lanifícios da Chemina - Alenquer.



2 3



2 | Companhia de Lanifícios da Chemina em 1896, conforme o projecto inicial.
[Arquivo Histórico C.M. Azenha]

3 | Companhia de Lanifícios da Chemina, Empresa Lanifícios Tejo, cerca de 1960.
[Arquivo Histórico C.M. Azenha]

“

“A Fábrica da Chemina era uma das mais conceituadas fábricas de lanifícios portuguesas. Ao contrário das restantes fábricas alenquerenses, que dependiam da força motriz da água, a Chemina usava, à data da sua fundação, o vapor.”

”

A fábrica compreendia o edifício principal, ocupado pelas oficinas de cardação, fiação e tecelagem e os edifícios anexos. Nestes funcionavam: carpintaria, estufa, caldeira, prensas, armazéns, a secção de ramelã e uma das melhores apetrechadas tinturarias do país. Em 1895 foi instalada a iluminação eléctrica. Tal como a Fábrica da Romeira, outra fábrica de fiação e tecidos alenquerense, a Fábrica da Chemina deve ter possuído geradores eléctricos, pois só em 1920 se estabeleceu iluminação pública na vila de Azenha. Em 1904 a edificação industrial foi ampliada, recebendo um segundo corpo semelhante ao inicial (Fig. 3), e passando a ter a área de implantação que na actualidade lhe conhecemos. Por esta razão o edifício é coroado por dois frontões. Os dois corpos são de igual comprimento e métrica de alçado, apenas diferem na sua largura. O sucesso não foi uma constante. Ao longo da sua vida, a fábrica mudou de proprietário três vezes, na tentativa de ultrapassar as diversas crises. Nos primeiros anos da década de 1990, foi criada a empresa Alentêxtil, que dividia as instalações da fábrica com a Empresa Lanifícios Tejo. A primeira fabricava fios de lã, a segunda continuava a produzir fazendas. Das duas centenas de pessoas que a fábrica chegou a empregar, restavam menos de 20 funcionários. A fábrica acabou por falir, em 1993, e os edifícios foram adquiridos pela Câmara Municipal de Azenha.

Património em risco:

Estado actual e perspectivas futuras

Em Março de 2000 o edifício principal do agorá património municipal sofreu um incêndio de efeitos devastadores. Toda a estrutura de madeira de cobertura e de pisos, além das caixilharias dos vãos, desapareceram.

Depois da catástrofe foi apresentado, pelo arquitecto Luís Freitas, um estudo para reabilitação e conversão em espaço cultural. Alguns anos mais tarde a câmara municipal abriu um concurso internacional para a apresentação de propostas de reabilitação e exploração dos edifícios da antiga fábrica. Foi apresentada uma única proposta, que pretendia ali instalar uma clínica, um lar de idosos e um hotel. Por razões de ordem diversa este projecto não se realizou. Actualmente, o edifício encontra-se em pré-ruína. Para isto contribuiu grandemente o incêndio que o desproveu da cobertura. No entanto, a super-estrutura aparenta estar estável. A acção das águas das chuvas faz-se notar na total oxidação dos elementos estruturais metálicos, em parte retorcidos pelo incêndio, na proliferação de colonização biológica e no apodrecimento de materiais porosos e/ou orgânicos.

Em Maio do corrente ano, foi apresentado, à autarquia, um estudo de vocação imobiliária com novas ideias para a exploração do vetusto espaço industrial. Aguardamos o parecer do executivo camarário. Será o ponto de partida para o que se espera possa vir a ser uma intervenção de reabilitação e de redignificação deste valioso testemunho da história e da cultura desta região ■

BIBLIOGRAFIA E FONTES

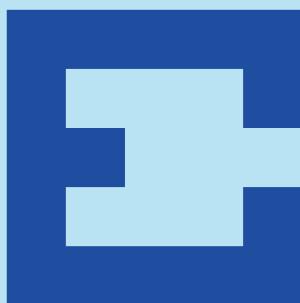
Assembleia Municipal de Azenha.
Acta da sessão de 30/09/2010.
Henriques, Guilherme João Carlos (1914).
Azenha e o seu concelho.
Lisboa: A liberal oficina typographica
(2ª ed., correcta e aumentada).
Jornal d'Azenha, n.º 229, 17/02/1918.
Jornal de Azenha, n.º 4, 10/06/1977.
(Jornal) Damião de Góis, 1889-1893.
Nova Verdade, n.º 448, 30/09/1994.
Nova Verdade, n.º 592, 30/12/2000.
O Azenhaense, n.º 209, 04/03/1892.
Portugal. Direcção Geral do Comércio e Indústria
(1891). Inquérito industrial de 1890.
Lisboa: Imprensa Nacional.
Raposo, Francisco Hipólito (1985).
Estremadura e Ribatejo: em passeio de braço dado.
Lisboa: Mobil Oil Portuguesa.
www.cm-zenha.pt (Património Arquitectónico)

AGRADECIMENTOS:

C.M. Azenha:
Arquivo Histórico e Arquivo Fotográfico;
Sr.º D. Manuela Franco;
Sr. Filipe Rogeiro;
Sr. Bruno Ribeiro.

EVoCH promove Ciclo de Seminários

EVoCH é um projecto europeu inserido no programa da Cultura da Comissão Europeia, que visa criar uma rede, para o estudo e promoção do Valor Económico da Património Cultural Europeu.



ECONOMIC VALUE OF CULTURAL HERITAGE

O principal objectivo desta Rede Europeia é criar um organismo de análise e divulgação do “Valor Económico do Património Cultural”, bem como, ser um lugar de partilha de conhecimento e experiências, com o valor acrescentado pelo intercâmbio de saberes e diferentes abordagens, estimulando a cooperação dentro da Europa. A rede de 2010-2012 do EVoCH é coordenada pela região espanhola Castilha e León.

As acções de 2011 começaram em Maio, com o Seminário em Ehrenbreitstein Fortress, Koblenz na Alemanha, e estão previstas outras acções para este ano. Ainda este mês, no dia 25, será realizado em Roma, Itália um seminário sob o tema: “O papel das empresas privadas e organizações sem fins lucrativos na cadeia de valor do Património Cultural”. O seminário irá discutir

sobre os pontos de vista das empresas privadas e organizações sem fins lucrativos envolvidas no Património Cultural, que tipos de investimentos podem trazer benefícios económicos, e as oportunidades na criação de futuros empregos.

De 24 a 25 de Agosto, decorrerá em Hanasaari, Helsinki na Finlândia, um seminário sobre “o estado da investigação e a possibilidade de um observatório”. As principais abordagens vão centrar-se em três aspectos essenciais: Valores materiais e imateriais do património cultural; Impactos directos e indirectos com a manutenção do património cultural; e por fim o Património Cultural como um recurso local. Este seminário será apresentado pelo EVoCH em colaboração com a Universidade Aalto, e o Conselho Nacional Finlandês de Antiguidades.

Novos sítios eleitos pela Unesco



O Comité do Património Mundial da UNESCO esteve reunido em Paris, foram 35 as candidaturas a Património Mundial analisadas, um conjunto de sítios culturais e naturais que passam a ser inscritos no património mundial pelo ‘valor universal excepcional’.

A Catedral de León, na Nicarágua, a paisagem cultural mediterrânea de Causses e Cévennes, no sul da França, uma fortificação de origem portuguesa do século XVI no Quénia são alguns dos sítios que passaram a ser considerados Património Mundial da UNESCO. Além deste forte no Quénia, a lista parcial até agora divulgada inclui sítios declarados Património Mundial em Espanha, ao considerarem a paisagem cultural da Serra de Tramuntana na ilha de Maiorca. Síria, Emiratos Árabes Unidos, Irão ou Turquia são outros países com património classificado agora pela Unesco. Os conjuntos de vestígios arqueológicos de palafitas na região dos Alpes, abrangendo a Suíça, Áustria, França, Alemanha, Itália e Eslovénia, foram também classificados pela UNESCO.

Tapeçarias da Pastrana em destaque na Europa Nostra

Vítor Cóias | Presidente do GECoRPA

As tapeçarias de Pastrana, encomendadas por D. Afonso V para celebrar as suas conquistas na orla marítima de Marrocos, em 1471, actualmente propriedade da Colegiada de Pastrana, bispado de Sigüenza, Guadalajara, estiveram em grande destaque na reunião anual da Europa Nostra, que teve lugar em Amsterdão.

De facto, o trabalho de conservação desta excepcional série de tapeçarias, promovido pela fundação espanhola Carlos de Amberes e realizado pela empresa belga De Wit, foi um dos distinguidos com o prémio da Categoria 1 “Conservação do Prémio Europa Nostra” (ver mais informações sobre este trabalho no sítio da fundação, www.fcamberes.org).

O enunciado desta categoria inclui, além das colecções de arte, o restauro de edifícios e a sua adaptação a novos usos, novos edifícios em ambientes históricos, a reabilitação urbana, rural e da paisagem e a interpretação de sítios arqueológicos.

Nesta categoria foram também premiadas as seguintes intervenções **(ao lado uma lista de sítios internet onde podem ser obtidas mais informações):**



Igreja de S. Jorge e Shipcka, Albânia
www.europanostra.org/projects/40

‘s Hertogenmolens (moagens do duque) Aarschot, Bélgica
www.europanostra.org/projects/41

Estação Central de Antuérpia, Bélgica
www.europanostra.org/projects/42

Villa “Art Deco” de Empain, Bruxelas, Bélgica
www.europanostra.org/projects/43

Abadia das Ardenas, para a instalação do IMEC, em Saint Germain la Blanche Herbe, Baixa Normandia, França
www.europanostra.org/projects/44

Mobiliário de Boulle-Technique, Munique, Alemanha
www.europanostra.org/projects/45

Ancient Messene, Messenia, Grécia
www.europanostra.org/projects/46

BK City, em Delft, Países Baixos
www.europanostra.org/projects/47

Celeiro “Blue Lamb”, Gdańsk, Polónia
www.europanostra.org/projects/48

Edifícios pré-industriais de Ademuz/Sega, Valência, Espanha
www.europanostra.org/projects/49

Hackfall Woodland Garden, de Grewelthorpa, North Yorshire, Reino Unido
www.europanostra.org/projects/50

Mais informações sobre os prémios de 2011 no sítio Internet da Europa Nostra, www.europanostra.com.



Nota de esclarecimento

A notícia publicada nesta rubrica na última edição da Pedra & Cal, intitulada “**Observatório do Emprego e Formação Profissional**”, aponta para a existência de cerca de **60 000** profissionais no sector da reabilitação histórica, sendo que o número correcto será de **600 000** profissionais.



AHP Aldeias Históricas de Portugal e a defesa do património



Aldeia Histórica de Almeida, Distrito da Guarda

Foi criada em Novembro do ano passado a AHP – Aldeias Históricas de Portugal, uma ONG de defesa do património em todas as suas vertentes.

"Queremos ser uma Organização Não Governamental que realmente funcione e que defenda o património português. Queremos estabelecer sinergias. Não estamos a trabalhar por nós mas sim por Portugal", garante a vice-presidente Isabel Cabral.

Tendo como principais patronos a Universidade Nova de Lisboa, a Faculdade de Arquitectura da Universidade Técnica de Lisboa, o Comendador Joaquim Mourão, e D. Duarte de Bragança, esta associação pretende mudar as mentalidades e despertar para um maior empenhamento cívico.

www.ahp-aldeiahistoricasdeportugal.com

Rede GIP imigrante

O Gabinetes de Inserção Profissional (GIP) são estruturas de apoio ao emprego que, juntamente com os Centros de Emprego, apoiam jovens e adultos desempregados a desenvolverem e apostarem sabiamente no seu percurso de inserção ou reinserção no mercado de trabalho.



Estas estruturas surgem no âmbito de um protocolo entre o Instituto de Emprego e Formação Profissional (IEFP, I.P.) e o Alto Comissariado para a Imigração e Diálogo Intercultural (ACIDI, I.P.) e é constituída por 25 Gabinetes de Inserção Profissional distribuídos pelo território nacional, sendo dinamizada por entidades privadas sem fins lucrativos. Esta Rede visa a cooperação e o intercâmbio de ofertas de emprego e formação, de forma a garantir uma resposta adequada à situação específica do cidadão imigrante.

Estes gabinetes têm como função informar, orientar e acompanhar os seus clientes no que respeita à sua colocação em ofertas de emprego, formações e/ou estágios, através do envio de ofertas. Trabalham em rede através de uma plataforma online comum <http://redegip.acidi.gov.pt>, onde se faz o cruzamento do perfil dos candidatos com a procura existente, prestando assim um serviço gratuito quer para as empresas, quer para os clientes.

A Rede GIP Imigrante está distribuída de Norte a Sul do País, actuando geograficamente em zonas específicas, tirando partido da proximidade geográfica e, ganhando assim, mais diversidade e riqueza cultural dos clientes.

Iniciativa. O Programa sobre emprego e qualificação profissional

Diariamente, a palavra "crise" é repetida vezes sem conta! Como consequência, o emprego em Portugal também levanta várias questões. Perante este cenário, a RTP2 tem um programa que, semanalmente, tem o desafio de olhar para a realidade e mostrar aos telespetadores que é possível conseguir o sucesso profissional. O INICIATIVA é transmitido há 11 anos e tem-se adaptado aos novos tempos e às novas necessidades. A nova série agora em emissão, trouxe uma INICIATIVA ainda mais útil, mais aberto e participativo, mais motivacional e mais orientado para mostrar caminhos a muitos portugueses.

Esse é também o papel da apresentadora Raquel Santos que, ao longo do programa fala de forma directa para quem esteja desempregado, empregado mas profissionalmente à procura de mudança ou para quem procure obter novas qualificações. Todos os domingos, a partir das 11h, são 26 minutos preenchidos com histórias de vida capazes de inspirar os portugueses. O INICIATIVA, produzido pela Duvideo, conta com a parceria do Instituto do Emprego e da Formação Profissional (IEFP), do Programa Operacional Potencial Humano (POPH), e da Agência Nacional para a Qualificação (ANQ).



Lá se pensam, cá se fazem.

A Fundação Calouste Gulbenkian e a Fundação Talento lançaram pela primeira vez a iniciativa

FAZ - Ideias de Origem Portuguesa

O FAZ foi criado como um desafio aos Portugueses (residentes em Portugal ou não) para apresentarem propostas inovadoras nas áreas do ambiente e sustentabilidade, inclusão social, diálogo intercultural e envelhecimento.

Das 203 ideias apresentadas, provenientes de 28 países dos cinco continentes, o projecto "Reabilitação a Custo Zero" foi o vencedor desta edição.

Quando soube do concurso FAZ, o Arquitecto José Paixão de 27 anos juntou-se a Diogo Coutinho, Engenheiro civil, e Angélica Carvalho, futura Arquitecta, e em conjunto foram os mentores deste projecto.

Este projecto consiste em criar uma organização sem fins lucrativos que permita aos senhorios carenciados, privados ou camarários, reabilitar o seu património, devoluto ou degradado, a custo zero.

Inicialmente pensado para a cidade do Porto, o projecto pode adaptar-se a todas as cidades com prédios degradados onde os senhorios, por falta de capacidade financeira, não têm possibilidade de recuperar as casas.

O Júri considerou que esta é a ideia que melhor se enquadra nos critérios de originalidade, inovação, potencial de impacto social e sustentabilidade desta iniciativa.

Esta edição é dedicada a Diogo Vasconcelos (recentemente falecido). Além de ter sido consultor da Fundação Gulbenkian e membro do Júri desta iniciativa, Diogo Vasconcelos representava o espírito de inovação e empreendedorismo que tanto contribuiu para um novo olhar sobre o mundo.



www.cs-telhas.pt

CS – Coelho da Silva associa-se ao GECoRPA.

No mês de Julho, o GECoRPA acolheu um novo associado, a CS – Coelho da Silva, S.A., que passa a estar integrada no Grupo IV – Fabrico e / ou distribuição de produtos e materiais.

Com 84 anos de presença no sector e com uma posição de grande relevo no fabrico de telhas e acessórios para revestimento de coberturas e fachadas, a CS é hoje líder de mercado em Portugal e uma forte referência internacional, estando presente em mais de 25 países.

A CS tem actualmente um parque industrial com 4 fábricas, com uma capacidade produtiva de 48 milhões de peças, atingindo um volume de negócios anual de aproximadamente 18 milhões de euros. Em fase de projecto está uma nova unidade de produção, com arranque previsto para o início de 2012 e que aumentará a capacidade de produção dos modelos topo de gama.

A CS tem seguido, com sucesso, uma estratégia de inovação e desenvolvimento de novos produtos cerâmicos que atendem a critérios de sustentabilidade e eficiência energética e que permitem uma integração natural em cobertura e fachada, em complemento com equipamentos que valorizem a estética e a funcionalidade. Atenta às necessidades do mercado, a CS alargou recentemente a sua gama de produtos vocacionados para o mercado da reabilitação.

Distinguida em 2010 com o prémio PME Excelência, a CS foi a única empresa no sector da cerâmica estrutural à qual foi atribuída esta distinção.

5.as à Noite nos Museus. Verão 2011

Começou no dia 30 de Junho e vai estender-se até 8 de Setembro de 2011 a 4ª edição do projecto 5ª Feiras à Noite nos Museus. Esta é uma proposta que visa ajudar a quebrar a monotonia e o cansaço do ritmo alucinante do trabalho.

Ao longo de 9 quintas-feiras, alguns Museus e Palácios do Instituto dos Museus e da Conservação (IMC) vão abrir as suas portas "fora de horas", oferecendo aos seus visitantes experiências culturais únicas, numa atmosfera inovadora, que poderão incluir: visitas encenadas, espectáculos de música erudita e popular, dança e teatro.

Horário: 18h00-c.23h00 | Entrada gratuita
(algumas actividades podem requerer pagamento)

Programação:

www.imc-ip.pt/noitenosmuseus

Plácido Domingo na Assembleia-Geral Europa Nostra, em Amsterdão

Vítor Cóias | Presidente do GECoRPA

Como presidente da direcção do GECoRPA – Grémio do Património, membro institucional da Europa Nostra desde 1998 ,tive o prazer de participar, de novo, numa A.G. anual desta prestigiada organização europeia, reunida, desta vez, em Amsterdão, no novo Museu Hermitage.

Após a rotina da aprovação do relatório anual de 2010, do orçamento para 2011 e dos novos membros do conselho consultivo, o presidente executivo, Denis de Kerjolay, destacou os “quatro pilares” em que assenta a acção da E.N.: As acções de lobi a favor da salvaguarda do património, os prémios anuais E.N., o património em risco e o trabalho em rede com outras instituições, desenvolvendo, em seguida, o que foi a actividade da E.N. em 2010, relativamente a cada uma destas linhas de acção.

Esteve em destaque nesta A.G. o tenor e maestro Plácido Domingo, novo presidente da E.N., cuja presença era aguardada com muito interesse. No seu discurso de encerramento, Plácido Domingo pôs em evidência a vertente humana do papel da instituição na defesa do Património, enquanto referência identitária de cidadãos e comunidades: “A nossa missão não tem só a ver com as pedras: tem também a ver, e principalmente, com as pessoas!”

Focou, a propósito, a triste situação de Áquila, em Itália, devastada por um grande sismo em 2009. Mantém-se, até hoje, a interdição do acesso dos moradores às suas casas (ou ao que resta delas), colocando em risco a memória e as raízes comunitárias que os ligam a esta cidade histórica.

Referiu, também, os esforços infrutíferos de salvaguarda do património romano de Allianoi, na Turquia, agora submerso na albufeira de uma nova barragem.

Colocou-se, finalmente, ao dispor da associação para colaborar nos esforços de angariação de novos membros e, em particular, para colaborar em acções tendentes a reequilibrar a situação financeira, que, em 2010 se mostrou deficitária.

Segurança um valor fundamental

No passado dia 8 de Julho a Umbelino Monteiro, SA, com o objectivo de testar o PEI – Plano de Emergência Interno e treinar os colaboradores, levou a cabo um simulacro de incêndio. Foi simulada a deflagração de um fogo no interior das instalações e uma vítima de queimaduras.



Os resultados obtidos foram muito satisfatórios, a evacuação do edifício deu-se de forma rápida e ordeira, as equipas de socorristas e brigadias actuaram de acordo com o plano estabelecido. Esta iniciativa teve a indispensável colaboração dos Bombeiros Voluntários de Pombal, a quem deixamos os nossos agradecimentos.

Sendo a segurança um dos valores fundamentais da UMBELINO MONTEIRO,SA, a empresa tem investido nesta área por forma a elevar os padrões de segurança. Foram realizados nos últimos anos investimentos em meios de

prevenção e combate a incêndios, bem como na sensibilização e formação de todos os colaboradores. Como resultado deste esforço a empresa consegui reduzir drasticamente os acidentes tanto em frequência como em gravidade, tendo alcançado em 2010 os valores mais baixos de sempre.



EUROPA
NOSTRA

GECoRPA e a Ordem dos Arquitectos

Secção Regional Norte assinam protocolo

No passado dia 27 de Julho, o GECoRPA e a Secção Regional Norte da Ordem dos Arquitectos celebraram um protocolo de colaboração no âmbito do projecto “Norte 41º - Centro de Arquitectura, Criatividade e Sustentabilidade”.



Através desta parceria, as duas instituições pretendem contribuir para o sucesso deste projecto, que tem como missão promover projectos de investigação, formação, divulgação e debate sobre temas emergentes na prática profissional de quem está ligado à arquitectura. Entre outros objectivos, o projecto “Norte 41º” pretende constituir-

se como referência ao nível da reabilitação de imóveis com valor patrimonial.

A assinatura deste protocolo define os termos da colaboração entre a Ordem dos Arquitectos - Secção Regional Norte e o GECoRPA para a realização de acções conjuntas no âmbito do projecto supra citado.

Reabilitação Sísmica dos Edifícios

A sede nacional da Ordem dos Engenheiros (OE) em Lisboa foi o palco do Seminário “Reabilitação Sísmica dos Edifícios”, que resultou de uma organização conjunta entre a OE e o GECoRPA – Grémio do Património.

O programa contou com a participação de técnicos do Laboratório Nacional de Engenharia Civil (LNEC), do Instituto Superior Técnico, de empresas de referência da área da reabilitação. Os assuntos abordados pelos especialistas tiveram como objectivo, divulgar o facto de a grande parte dos edifícios existentes, em especial os mais antigos, não se encontrarem dotados de capacidade estrutural suficientemente resistente para suportarem um abalo sísmico intenso.

Chamando assim a atenção, para o facto de estas intervenções não passarem apenas por aspectos estéticos, de conforto e habitabilidade, mas também por aspectos estruturais que proporcionem aos edifícios uma resistência sísmica adequada.

Ora, actualmente, estas intervenções podem ser feitas possibilitando a prevenção de danos e limitando os prejuízos. Aos técnicos será pedido um conhecimento profundo sobre materiais e processos construtivos antigos.

Na opinião dos cerca de 200 participantes deste Seminário é importante, não continuar a ignorar a questão do comportamento sísmico dos edifícios existentes.

Alterações ao Código dos Contratos Públicos

O Memorandum de Entendimento Erros e omissões 100% a cargo do Adjudicatário

Antonio Jaime Martins | Advogado-sócio da ATMJ – Sociedade de Advogados, RL

a.jaimemartins@atmj.pt

E

Estão previstos no Código dos Contratos Públicos dois tipos de “acrédito de trabalho” em obra: os trabalhos a mais e os trabalhos de suprimento de erros e omissões. O preço dos trabalhos a mais é suportado pela entidade adjudicante. O preço dos trabalhos de suprimento de erros e omissões é suportado pelo adjudicatário em 50% se eram detectáveis na fase procedural e em 100% se o eram apenas em obra, mas no prazo de 30 dias o adjudicatário não os denunciou.

Os trabalhos a mais dependem da ocorrência de uma circunstância imprevista, objectivamente imprevista, de acordo com critério de previsibilidade razoavelmente exigível a um decisor público. Não é por isso suficiente que a “circunstância” não tenha sido prevista no caso concreto por um decisor público em particular. Exige-se a verificação de uma circunstância cuja previsão não estivesse ao alcance do decisor público criterioso e informado. Caso contrário, não será trabalho a mais.

Já os trabalhos de suprimento de erros e omissões do projecto de execução não dependem, na formulação do Código dos Contratos Públicos (v. art.os 376.º e sg.s), da verificação superveniente de qualquer circunstância imprevista. Muito pelo contrário, o erro e a omissão são factos de pretérito, existem ab initio, ou seja, desde a fase de projecto, mas só são conhecidos depois de lançado o procedimento ou mesmo em fase de obra.

Estes “acréditos de trabalho”, sejam trabalhos a mais ou trabalhos de suprimento de erros e omissões, podem ir até 50% do valor do contrato, sendo o limite para os trabalhos a mais de 5%, na maior parte das obras, e, em algumas obras especiais (geotécnicas, marítimo portuárias e reabilitação/restauro) de 25%. O remanescente até aos 50% poderá ser imputado a erros e omissões.

Estes 50% de “acrédito de trabalho” em obra resultaram da transposição pelo legislador português do ínsito na alínea a) do n.º 4 do art.º 31.º da Directiva 2004/18/CE do Parlamento Europeu e do Conselho, de 31 de Março.

A referida disposição prevê a possibilidade de serem realizados “obra e serviços complementares” que podem ir até ao limite de 50% do valor inicial do contrato.

No entanto, a directiva comunitária faz depender a admissibilidade da existência destes “trabalhos ou serviços complementares” não previstos no projecto inicial e no contrato celebrado, da ocorrência de uma “circunstância imprevista” que os tenha tornado necessários, desde que os mesmos não sejam técnica ou economicamente separados do objecto do contrato sem grande inconveniente para a entidade adjudicante, ou, quando separáveis, os mesmos sejam absolutamente necessários à conclusão dos trabalhos ou serviços contratos inicialmente.

Estes requisitos são-nos, efectivamente, familiares. São os requisitos previstos no

art.º 370.º, n.º 1, al.as a) e b) do CCP, para os trabalhos a mais, como já o eram no revogado Regime das Empreitadas de Obras Públicas (DL n.º 59/99, de 02 de Março).

Ora, como o legislador português só aplicou a exigência da “circunstância imprevista” aos trabalhos a mais, não a exigindo para os trabalhos de suprimento, os representantes da União Europeia que nos visitaram entenderam (em bem, diga-se), que a directiva comunitária foi incorrectamente transposta e exigiram a alteração do CCP. Até aqui, nada de mais. O problema poderá ser a alteração que se irá efectuar.

Efectivamente, a tentação será a de eliminar o disposto no n.º 5 do art.º 378.º do CCP, que reduz a metade do preço a responsabilidade do adjudicatário quanto aos erros e omissões que eram detectáveis na fase procedural, mas que não o foram. A eliminação daquele preceito, fará com que, qualquer erro e omissão do projecto inicial, recaia na totalidade sobre o adjudicatário, o que contraria em absoluto as regras de distribuição do risco nos contratos, bem como a culpa da entidade adjudicante e do adjudicatário na produção desse erro ou omissão.

Na realidade, se o projecto foi elaborado pela entidade adjudicante ou a seu pedido, dificilmente o direito português permitirá encontrar uma solução que legitime atribuir ao adjudicatário a responsabilidade pela reparação de um erro ou omissão a que a entidade adjudicante deu causa ■

Setembro

Qui	Sex	Sab	Dom	Seq	Ter	Qua	Qui	Sex	Sab	Dom	Seq	Ter	Qua	Qui	Sex	Sab	Dom	Seq	Ter	Qua	Qui	Sex
08	09	10	11	12	13	14	15	16	17	18	19	20	21	22	23	24	25	26	27	28	29	30



International Symposium
and Workshop on
Cultural Property Risk Analysis

14 a 16 de Setembro

Simpósio Internacional de Análise de Risco da Propriedade Cultural

*Campus da Universidade
Nova de Lisboa*

19 a 23 de Setembro

16ª Conferência Trienal ICOM-CC

Lisboa

26 e 27 de Setembro

I Encontro Luso-Brasileiro de Conservação e Restauro

*Campus da Foz da Universidade
Católica Portuguesa, Porto, Portugal*

VI Encontro de Museus dos Países e Comunidades de Língua Portuguesa

Museu do Oriente - Lisboa

Simpósio Internacional de Análise de Risco da Propriedade Cultural

O Simpósio Internacional de Análise de Risco da Propriedade Cultural é dedicado a um aspecto cada vez mais importante do património cultural: avaliação de risco e mitigação de perda. Este Simpósio contará com palestras e apresentações que descrevem casos de avaliação de riscos, assim como, com um workshop interactivo que introduz um método de avaliação de risco e de gestão baseado no premiado Cultural Property Risk Analysis Model (CPRAM).

Informações:

Fax: +351 218 443 071

<http://protechtheheritage.com/blog>

16ª Conferência Trienal ICOM-CC - Lisboa

Lisboa será palco da 16ª Conferência Trienal do Comité para a Conservação do ICOM subordinada ao tema Património Cultural / Identidade Cultural - o Papel da Conservação.

Este congresso visa partilhar métodos, estudos e estratégias, abordando alguns temas de discussão, a relação entre o património e a identidade cultural, políticas de conservação nacionais e internacionais, o papel da investigação e da educação em conservação do património, entre outros.

VI Encontro de Museus dos Países e Comunidades de Língua Portuguesa

Continuam abertas as inscrições para o “encontro da década” dos museus do mundo da lusofonia, o VI ENCONTRO DE MUSEUS DOS PAÍSES E COMUNIDADES DE LÍNGUA PORTUGUESA. Os resumos com propostas de comunicações devem ser enviados até 11 de Julho. A inscrição dá direito à participação no Encontro propriamente dito e no respectivo programa social, constituído por recepção oferecida pela Câmara Municipal de Lisboa, no Museu da Cidade (dia 26) e por sessão cultural de encerramento e jantar oferecido pela Câmara Municipal de Cascais (dia 27), havendo transporte de ida e de volta para todos os interessados.

Por razões logísticas e organizativas, o número de participantes neste Encontro será limitado.

Informações e inscrições:

www.icom-cc2011.org

Informações e inscrições:

www.icom-portugal.org

Outubro

Sab	Dom	Seq	Ter	Qua	Qui	Sexta
01	02	03	04	05	06	07

26 e 27 de Setembro

I Encontro Luso-Brasileiro de Conservação e Restauro

*Campus da Foz da Universidade
Católica Portuguesa, Porto, Portugal*

VI Encontro de Museus dos Países e Comunidades de Língua Portuguesa

Museu do Oriente - Lisboa

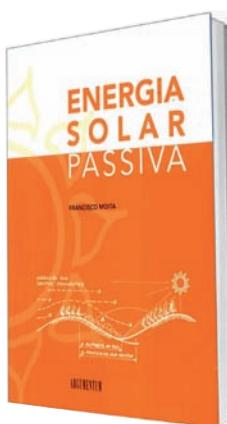
I Encontro Luso-Brasileiro de Conservação e Restauro

*Campus da Foz
da Universidade Católica
Portuguesa, Porto,
Portugal*

Pretende-se o encontro de experiências, de práticas de conservação e restauro e de investigação desenvolvidas em Portugal e no Brasil. Participarão investigadores de várias instituições e de diversas áreas temáticas, que vão dos materiais inorgânicos à pintura, da escultura às artes decorativas e do ornamento, com o enfoque em diferentes perspectivas, nomeadamente os estudos laboratoriais, a conservação preventiva, os métodos de registo de imagem, o ensino da conservação e restauro, entre outros aspectos.

Informações e inscrições:

www.artes.ucp.pt



Autor: Francisco Moita

Edição: Argumentum

Preço: € 27.00

Código: AR.M.11

Energia Solar Passiva

Francisco Filipe de Oliveira Moita concluiu o curso de Arquitectura na Universidade de Stuttgart, Alemanha em 1976. Ao longo das últimas três décadas, tem sido um divulgador da Arquitectura Solar Passiva e da Eficiência Energética nos Edifícios, através da realização de vários artigos técnicos e de diversas conferências sobre estas matérias.

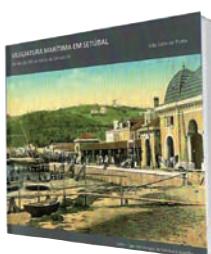
Em comentário ao seu livro, Carlos Pina dos Santos, engenheiro civil e investigador principal do LNEC, refere: "o arquitecto Francisco Moita neste seu clássico Energia Solar Passiva, agora revisto e reeditado, é tão actual e útil como o foi à data da sua primeira edição.

E é-o por duas razões. Em primeiro lugar temos assistido à progressiva desinserção dos edifícios da realidade climática, geográfica e económica em que habitamos.

Como é referido no livro, solares são todos os edifícios, mas existe uma diferença entre o edifício que utiliza de forma controlada a energia solar e aquele que é controlado pelo sol, em detrimento do conforto térmico.

Em segundo lugar, a recente reformulação da Directiva do Parlamento Europeu e do Conselho relativa ao desempenho energético dos edifícios reforça a necessidade de que as medidas destinadas a melhorar esse desempenho deverem ter em conta as condições climáticas e locais. Apesar do livro se reclamar de formação profissional de técnicos e estudantes, função de desempenha exemplarmente, recordo-me que a minha primeira aproximação à construção sola passiva foi feita através da sua primeira edição.

Uma boa razão para ler A Energia Solar Passiva."



Vilegiatura marítima em Setúbal:

Do século XIX ao início do século XX

Autor:

Inês Gato de Pinho

Edição:

Liga dos Amigos de Setúbal e Azeitão

Preço: € 10.00

Código: LASA.E.1



Reabilitar 2010

Encontro Nacional “Conservação e reabilitação de estruturas”, Lisboa, LNEC, 23 a 25 de Junho de 2010

Autor:

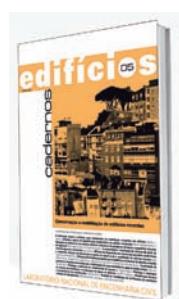
Vários Autores

Edição:

LNEC

Preço: € 10.00

Código: LN.A.8



Cadernos Edifícios 5

Conservação e reabilitação de edifícios recentes

Autor:

Vários Autores

Edição:

LNEC

Preço: € 27.00

Código: LN.PP.5



Keil do Amaral:

Obras de arquitectura na Beira: Regionalismo e modernidade

Autor:

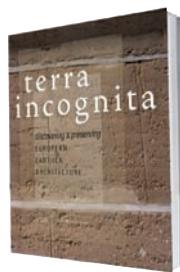
Vários Autores

Edição:

Argumentum

Preço: € 15.00

Código: AR.G.1



Terra Incognita:

Discovering and preserving European Earthen Architecture

Autor:

Vários Autores

Edição:

Argumentum

Preço: € 32.25

Código: AR.M.12



Arquitectura para os pobres:

Uma experiência no Egípto rural

Autor:

Hassan Fathy

Edição:

Argumentum/ Dinalivro

Preço: € 27.00

Código: AR.M.13

Para saber mais sobre estes e outros livros, consulte a **Livraria Virtual** em www.gecorpa.pt

Faça a sua encomenda por e-mail
| livrariavirtual@gecorpa | ou online na **Livraria Virtual**.

Os associados do GECORPA e assinantes da Pedra & Cal têm 10% desconto.

10 %

Assinatura anual da Pedra & Cal



4 X *Promoção de 4 números da Pedra & Cal à sua escolha* **12€**

Novo preço de assinatura: **20€** **Assinatura anual de estudante:** **17€**

CD-ROM Pedra & Cal



5 Anos (1998 - 2003): **10€**

Traga um novo assinante e receba como oferta

Livro Branco sobre o futuro das empresas de restauro do património na Europa ou o Manual de Educação Patrimonial para crianças.



Assinatura anual de 4 números da Pedra & Cal – € 20 (portes incluídos)

Assinatura anual de estudante de 4 números da Pedra & Cal – € 17 (portes incluídos; mediante envio de cópia de documento comprovativo de estudante)

Assinatura a partir do n.º

Promoções

“Traga um novo assinante” e receba como oferta o Livro Branco sobre o futuro das empresas de restauro

do património na Europa ou o Manual de Educação Patrimonial para crianças.

CD-ROM Pedra & Cal – 5 Anos (1998 - 2003) **€ 10**

4 números da Pedra & Cal à sua escolha, n.ºs – € 12 (acrescem € 2,50 de portes de envio; promoção válida para os números anteriores a 2009)

Boletim de Assinatura

Nome _____

Endereço _____

Código Postal _____ - _____

Localidade _____

Telefone _____ E-mail _____

N.º contribuinte _____

Actividade / Profissão _____

Promoção “Traga um novo assinante”

Preencha o boletim de assinatura com os dados do novo assinante e indique aqui os seus dados:

Nome _____

Endereço _____

Código Postal _____ - _____

Localidade _____

Telefone _____ E-mail _____

N.º contribuinte _____

Actividade / Profissão _____

MODALIDADE DE PAGAMENTO

NIB: 0033 0000 0022 8202 78305 (Agradecemos o envio do comprovativo de pagamento por e-mail ou fax)

Cheque à ordem de GECORPA, n.º _____ sobre o Banco _____

Os números 0, 1, 2, 4, 5, 6, 7, 13, 14, 25, 26 e 27 encontram-se esgotados.

Fotocopie este cupão e envie-o preenchido para:

GECORPA .Rua Ramalho Ortigão, n.º 3 r/c Esq., 1070-228 Lisboa
Fax: 21 315 79 96

E-mail: info@gecorpa.pt



Associados GECoRPA

GRUPO I | Projecto, fiscalização e consultoria



BETAR – Estudos e Projectos de Estabilidade, Lda.

Projectos de estruturas e fundações para reabilitação, recuperação e renovação de construções antigas e conservação e restauro do património arquitectónico.



Strutt Património, Lda.

Coordenação e gestão de intervenções em património. Gestão, consultadoria e fiscalização na área da reabilitação de edifícios e património arquitectónico. Projeto geral de reabilitação e eficiência energética na recuperação e renovação de construções antigas.



O futuro em perspectiva segura.

LEB – Projectistas, Designers e Consultores em Reabilitação de Construções, Lda.

Projeto, consultoria e fiscalização na área da reabilitação do património construído.



PENGEST – Planeamento, Engenharia e Gestão, S. A.

Projectos de conservação e restauro do património arquitectónico. Projectos de reabilitação, recuperação e renovação de construções antigas. Gestão, consultadoria e fiscalização.

TRIMÉTRICA[®]

ENGENHARIA, LDA

Trimétrica Engenharia, Lda.

Projectos de conservação e restauro do património arquitectónico. Projectos de reabilitação, recuperação e renovação de construções antigas.



COORDENAÇÃO E GESTÃO DE PROJECTOS

VHM – Coordenação e Gestão de Projectos, S. A.

Projeto geral de reabilitação, recuperação e renovação de construções antigas.

VICTOR NEVES - Arquitectura e Urbanismo, Lda.

Projectos de conservação e restauro do património arquitectónico. Projectos de reabilitação, recuperação e renovação de construções antigas. Instalações especiais em património arquitectónico e construções antigas.

GRUPO II | Levantamentos, inspecções e ensaios



ERA – Arqueologia - Conservação e Gestão do Património, S. A.

Conservação e restauro de estruturas arqueológicas e do património arquitectónico. Inspecções e ensaios. Levantamentos.



OZ – Diagnóstico, Levantamento e Controlo de Qualidade de Estruturas e Fundações, Lda.

Levantamentos. Inspecções e ensaios não destrutivos. Estudo e diagnóstico.

GRUPO III | Execução dos trabalhos. Empreiteiros e Subempreiteiros



3M2P – Construção e Reabilitação de Edifícios, Lda.

Conservação e restauro do património arquitectónico. Reabilitação, recuperação e renovação de construções antigas. Instalações especiais em património arquitectónico e construções antigas.



CRERE – Centro de Restauro, Estudo e Remodelação do Espaço, Lda.

Conservação e restauro do património arquitectónico. Azulejo, cantaria, douramento, escultura policromada, pintura da cavalete e pintura mural. Rebocos tradicionais, estuques e gesso artístico. Serralharias artísticas, talha dourada e policromada. Vidro e vitral.



Alfredo & Carvalhido, Lda.

Conservação e restauro do património arquitectónico. Conservação e reabilitação de construções antigas.



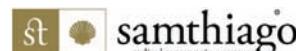
CVF – Construtora de Vila Franca, Lda.

Conservação de rebocos e estuques. Consolidação estrutural. Carpintarias. Reparação de coberturas.



AOF – Augusto de Oliveira Ferreira & C.ª, Lda.

Conservação e reabilitação de edifícios. Consolidação estrutural. Cantarias e alvenarias. Pinturas e carpintarias. Conservação e restauro de património artístico.



Atelier Samthiago, Lda.

Projeto de conservação e restauro do património arquitectónico. Conservação e restauro do património arquitectónico. Azulejos; cantarias (limpeza e tratamento); dourados; esculturas de pedra; pinturas decorativas; rebocos e estuques; talha.



Emprípar – Obras Públicas e Privadas, S. A.

Conservação e restauro do património arquitectónico. Reabilitação, recuperação e renovação de construções antigas. Instalações especiais em património arquitectónico e construções antigas.



In Situ – Conservação de Bens Culturais, Lda.

Conservação e restauro do património arquitectónico. Reabilitação, recuperação e renovação de construções antigas. Instalações especiais em património arquitectónico e construções antigas.



Coberplan, Lda.

Conservação e restauro do património arquitectónico. Reabilitação, recuperação e renovação de construções antigas. Instalações especiais em património arquitectónico e construções antigas.



Construções Borges & Cantante, Lda.

Construção de edifícios. Conservação e reabilitação de construções antigas.



Matias & Ávila, Lda.

Conservação e restauro do património arquitectónico. Reabilitação, recuperação e renovação de construções antigas. Instalações especiais em património arquitectónico e construções antigas.



Conservação
e Restauro
do Património
Arquitectónico, Lda.

Monumenta – Conservação e Restauro do Património Arquitectónico, Lda.
Conservação e reabilitação de edifícios.
Consolidação estrutural.
Conservação de cantarias e alvenarias.



NaEsteira – Sociedade de Urbanização e Construções, S. A.
Conservação e restauro do património arquitectónico. Reabilitação, recuperação e renovação de construções antigas. Instalações especiais em património arquitectónico e construções antigas.



Policon – Construções, S. A.
Conservação, restauro e reabilitação do património construído e instalações especiais.



Poliobra – Construções Civis, Lda.
Construção e reabilitação de edifícios. Serralharias e pinturas.



Quinagre Construções, S. A.
Construção de edifícios.
Reabilitação. Consolidação estrutural.



Somafre – Construções, S. A.
Construção, conservação e reabilitação de edifícios. Serralharias. Carpintarias. Pinturas.



STAP – Reparação, Consolidação e Modificação de Estruturas, S. A.
Reabilitação de estruturas de betão. Consolidação de fundações. Consolidação estrutural.



STB – Reabilitação do Património Edificado, Lda.
Reparação e reforço de estruturas. Reabilitação de edifícios. Inspeção técnica de edifícios e estruturas. Instalação de juntas. Pintura e revestimentos industriais.

GRUPO IV | Fabrico e/ou distribuição de produtos e materiais



CS – Coelho da Silva, S.A.

Soluções integradas para revestimento de coberturas e fachadas, para reabilitação do património arquitectónico.



Tintas Robbialac, S. A.

Produção e comercialização de produtos de base inorgânica para aplicações não estruturais.



Henriques Duque, Lda.

Impressão digital sobre azulejo. Para parede interior e exterior, reprodução de quaisquer padrões, desenhos, fotos, cores ou texturas. Recuperação de património: réplicas de azulejos, azulejos novos com aspecto antigo.



Umbelino Monteiro, S. A.

Produção e comercialização de produtos e materiais para o património arquitectónico e construções antigas



ONDULINE – Materiais de Construção, S. A.

Produção e comercialização de materiais para construção.



Para mais informações sobre os associados do GECoRPA, as suas actividades e os seus contactos, visite a rubrica “**Associados**” no nosso sítio:

www.gecorpa.pt



Fachadas Históricas ou Queijos Suiços?

José Aguiar | Arquitecto



Á uma canção do Rui Veloso que me levou a Porto Covo e que dizia algo assim “Roendo uma laranja na falésia....”! Ocorre-me esta memória para alertar para um (mais um) drama nacional: o sistemático roer das fachadas, o esburacar dos paramentos em edifícios históricos para colocar toda uma parafernália de equipamentos e de redes, cabos e novos contadores em caixas técnicas de um gosto tenebroso, que se multiplicam como cogumelos nas fachadas históricas; realidade que abunda em todos os nossos mais valiosos núcleos urbanos de grande interesse patrimonial.

Além da selva de cablagens, concentro-me sobretudo nas caixas horripilantes, tornadas obrigatórias em qualquer operação de reabilitação urbana e que foram legalmente impostas por entidades não orquestradas entre si. Caixas de visita com exigências dimensionais estritas e quase sempre incoerentes, todas sobredimensionadas (no futuro a tecnologia é mais pequena, não precisará de tanto espaço vago); cada caixa com a sua própria materialidade, cada uma com a sua específica forma e género, todas as caixas separadas entre si, já que cada entidade quer “chave própria” e recusa partilhar o espaço de outra.

Regressei recentemente de uma missão a São Luiz do Maranhão, no Brasil, cidade onde as ruas e fachadas históricas estão muito melhor tratadas do que o padrão corrente em Portugal: aqui não há a nossa selva de cabos aéreos que inundam as ruas, e as suas caixas de derivação e de visita, que igualmente as invadem. Viajo muito por Espanha e por outros países Europeus, em nenhum destes países verifico esta insólita situação nos seus mais valiosos Centros Históricos.

Além dos óbvios problemas estéticos, existem outros muito mais graves ainda: estas caixas cortam os nembos, i.e. as partes portantes das paredes, as partes resistentes entre os vãos, afectando decisivamente a resistência estrutural num elemento primário (a parede principal), com gravíssimas consequências na capacidade de resistência a solicitações normais e anormais, por exemplo, em caso de sismo! Todas as entidades exigem estes buracos-caixas para licenciarem os nossos projectos, mas não conheço nenhuma entidade que aceite responsabilizar-se pelas suas consequências futuras na segurança, essa responsabilidade caiem todas em cima dos expectáveis criminosos do costume (nós...os projectistas).

Quais as soluções possíveis para este drama?

Ocorrem-me algumas possibilidades: Por exemplo, aceitar, como na Espanha, contadores internos em edifícios históricos (como sempre sucede); enterrar as redes e esconder as absurdas cablagens; substituir os nossos obsoletos sistemas recorrendo às novas tecnologias - baratas, dominadas e disponíveis - baseadas em telemetria à distância e em sistemas de controlo e de processamento centralizado (recorrendo a sensores mínimos e legíveis em unidades centrais, etc.), articular sensores comuns a vários utilizadores.

Nesta hora de aperto para as autarquias, proponho outra eficaz solução auto-financiada: impor à EDP, às futuras empresas privadas locais das águas, às riquíssimas TMN, Cabovisão, Vodafone, etc. uma significativa TAXA PELA OCUPAÇÃO DO ESPAÇO AÉREO com os seus cabos e caixas, taxa resolúvel se estas empresas enterrarem os seus feiússimos cabos, colocando nos “centros históricos” telemetria básica, com sensores minúsculos ...acabando assim de vez com estas terríveis e roedoras práticas de queijo suíço, este dramático esburacar das nossas antigas fachadas! ■



Nota de esclarecimento

O artigo publicado nesta rubrica na última edição da Pedra & Cal, intitulado “Do oito para o oitenta ou quando a cura pode matar”, da autoria de José Aguiar, foi redigido em Abril de 2011 mas publicado apenas em Junho de 2011, depois da tomada de posse do novo governo. O governo a que o artigo faz referência é o XVIII Governo Constitucional de Portugal, liderado por José Sócrates.

CUIDADOS INTENSIVOS*



www.somafre.pt

SOMAFRE®
*CONSERVAÇÃO + RESTAURO + REABILITAÇÃO

CUIDADOS INTENSIVOS*

***REABILITAR, RESTAURAR, CONSERVAR,
RECUPERAR, DIAGNOSTICAR,
INTERVENCIONAR, CONSTRUIR,
MELHORAR, REMODELAR, REPARAR,
RESTABELECER, REINTEGRAR,
RESTITUIR, REFORÇAR, RETOCAR,
RENOVAR, CONSERTAR, SALVAGUARDAR,
PROTEGER, PRESERVAR, RECONSTRUIR,
PREVENIR, (...)**



www.somafre.pt

SOMAFRE®
*CONSERVAÇÃO + RESTAURO + REABILITAÇÃO